

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE- UNESC  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RAFAEL CAETANO GOMES**

**A DISSEMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE  
CASO NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SEDIADAS EM CRICIÚMA-SC**

**CRICIÚMA**

**2012**

**RAFAEL CAETANO GOMES**

**A DISSEMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE  
CASO NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SEDIADAS EM CRICIÚMA-SC**

Trabalho de Fim e de Conclusão de Curso  
apresentado para obtenção do grau de  
Bacharel no curso de Ciências Contábeis da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense –  
UNESC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Milla Lúcia Ferreira  
Guimarães

**CRICIÚMA**

**2012**

**RAFAEL CAETANO GOMES**

**A DISSEMINAÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTA: UM ESTUDO DE  
CASO NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO SEDIADAS EM CRICIÚMA-SC**

Trabalho de Fim e de Conclusão de Curso  
apresentado para obtenção do grau de  
Bacharel no curso de Ciências Contábeis da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense –  
UNESC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Milla Lúcia Ferreira  
Guimarães

Criciúma, dezembro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Milla Lucia Ferreira Guimarães, Prof<sup>a</sup>. Esp. Orientadora

---

Valcir Mantovani, Prof. Esp. Examinador 1

---

Luciano da Rocha Ducioni, Prof.Esp. Examinador 2

Dedico esse trabalho aos meus pais, Antonio e Cleimar, que sempre, de maneira incondicional, me apoiaram e me deram força para vencer os desafios e alcançar meus objetivos. Tenho apenas que agradecer por todo apoio e dedicar a vocês essa conquista. Amo vocês!!!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, razões de minha vida, donos do meu amor incondicional, que nunca mediram esforços para que eu tivesse uma formação acadêmica e em momento algum relutaram em me apoiar.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Rafaella. Ele, mesmo vivendo longe, por ser um grande incentivador e o grande exemplo de pessoa e profissional que segurei eternamente, e ela, a caçula da família, que nos alegra todos os dias.

A minha namorada Francine, que independente de momentos bons ou ruins sempre esteve do meu lado. Obrigado pelos conselhos, pelo apoio. Motivos que me fazem cada dia mais apaixonado.

Aos meus companheiros de luta: Chayane Colombo, Everaldo Vitali, Luciana Dondossola, Josiane Borges e Pâmela Grassi. Saibam que vocês tornaram essa luta difícil e desgastante mais fácil e alegre. Com certeza sem vocês tudo seria mais difícil.

Aos professores pelos ensinamentos e experiências passadas que serão levados comigo por toda vida. E aos demais colegas de classe pelos momentos de distração e companheirismo.

A minha querida orientadora Milla, pelo tempo dispensado para a orientação. Pelos finais de semanas de correções, mas principalmente pelos conselhos que levaram a produção deste trabalho de conclusão de curso.

Ao Sicredi e CecrisaCred, representados pelo Jair Rosso e pela Tatiana Cardoso Duzzioni Viana, respectivamente, pelo ótimo atendimento e pelas respostas aos questionários que enriqueceram o conteúdo abordado.

Por fim, a Deus pela oportunidade de primeiro, ter a família que tenho, e em segundo por ter colocado em minha vida essas pessoas tão especiais.

*“Que os vossos esforços  
desafiem as impossibilidades, lembrai-vos  
de que as grandes coisas do homem  
foram conquistadas do que parecia  
impossível.”*

Charles Chaplin

## RESUMO

GOMES, Rafael Caetano. **A Disseminação dos Princípios Cooperativistas: Um Estudo de Caso nas Cooperativas de Crédito Sediadas em Criciúma - SC.** 85 p. Orientadora: Milla Lúcia Ferreira Guimarães. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

É fato que a globalização trouxe grandes avanços, porém com o crescimento do mercado financeiro a população acabou ficando sem a opção por um banco que além do lucro, visasse o bem da sociedade. Diante desse contexto surgiram as cooperativas de crédito que, geridas por associados, oferecem a população os mesmos produtos e serviços dos bancos, mas com taxas e tarifas diferenciadas, além de agirem com muita força no desenvolvimento socioeconômico da região em que atuam. Tal gestão é fundamentada nos Princípios Cooperativistas, criados pelos Pioneiros de Rochdale, e que até os dias de hoje norteiam as atividades das cooperativas pelo mundo. Esses princípios se tornaram tão importantes que hoje não se admite uma cooperativa que não os adote em sua gestão. Desta forma, utilizou-se de pesquisa bibliográfica relatando a história do cooperativismo de crédito e posteriormente, um estudo de caso, a fim de definir o modo que as cooperativas de crédito atendem seus clientes e associados, bem como a forma que os Princípios Cooperativistas são inseridos na gestão dessas instituições. Analisando os resultados chega-se a conclusão de que as Cooperativas atendem a esses fundamentos e trabalham a fim de fortalecer essa doutrina, buscando formas de disseminá-los por toda a sociedade em que está inserida.

**Palavras-chave:** cooperativismo, cooperativas de crédito, princípios cooperativistas.

## SUMÁRIO DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Roteiro da Metodologia .....   | 16 |
| Quadro 2 - Estrutura de Apresentação do Trabalho.....                             | 17 |
| Quadro 3 - Ramos de Atuação do Cooperativismo .....                               | 23 |
| Quadro 4 - Valores Básicos do Cooperativismo e sua Descrição .....                | 29 |
| Quadro 6 - Direitos e Deveres dos Associados à Cooperativa de Crédito .....       | 36 |
| Quadro 7 - Competências do Conselho de Administração.....                         | 37 |
| Quadro 8 - Atribuições a Diretoria Executiva.....                                 | 38 |
| Quadro 9 - Alterações ocorridas por força de Lei a partir da década de 1960 ..... | 47 |
| Quadro 10 - Ranking de Participação, por País, no Cenário Mundial. ....           | 49 |
| Quadro 11 - Fatos Históricos CECRISACRED.....                                     | 56 |
| Quadro 12 - Eventos disponibilizados pela CecrisaCred a seus associados .....     | 59 |

## SUMÁRIO DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Retrato de 13 dos 28 Pioneiros de Rochdale.....          | 19 |
| Figura 2 - O Símbolo do Cooperativismo .....                        | 22 |
| Figura 3- Hierarquia das Cooperativas.....                          | 25 |
| Figura 4 - Representatividade das Cooperativas .....                | 27 |
| Figura 5 - Retrato de Fridiedrich Wilhelm Raiffesen.....            | 41 |
| Figura 6 – Atual Sede do Banco Cooperativo .....                    | 42 |
| Figura 7 - Retrato de Herman Schulze.....                           | 42 |
| Figura 8 - Retrato de Wilhelm Hass .....                            | 43 |
| Figura 9 - Retrato de Luigi Luzzatti .....                          | 44 |
| Figura 10 -- Participação Regional das Cooperativas no Brasil ..... | 50 |
| Figura 11 – Etapas de realização da pesquisa.....                   | 54 |
| Figura 12 - Cooperativas Associadas ao Sistema CECRED.....          | 62 |
| Figura 13 - Estrutura do Sistema Sicredi.....                       | 65 |

**Erro! Indicador não definido.**

## **LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BACEN – Banco Central do Brasil.

CONFEBRAS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

OCB – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras.

OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>13</b> |
| 1.1 TEMA E PROBLEMA .....  | 13        |
| 1.2. OBJETIVOS .....   | 14        |
| 1.3 JUSTIFICATIVA .....  | 15        |
| 1.4 METODOLOGIA.....   | 16        |
| 1.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO.....                         | 17        |
| <b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....                                   | <b>19</b> |
| 2.1 COOPERATIVISMO.....  | 19        |
| 2.2 SIMBOLOGIA DO COOPERATIVISMO.....                                  | 22        |
| 2.3 RAMOS DE ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS .....                            | 23        |
| 2.4 CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS .....                               | 24        |
| <b>2.4.1 Cooperativas Singulares</b> .....                             | <b>24</b> |
| <b>2.4.2 Cooperativas Centrais ou Federações de Cooperativas</b> ..... | <b>24</b> |
| <b>2.4.3 Confederações de Cooperativas</b> .....                       | <b>25</b> |
| 2.5 REPRESENTATIVIDADE DO COOPERATIVISMO.....                          | 26        |
| 2.6 VALORES BÁSICOS.....   | 27        |
| 2.7 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS.....                                    | 29        |
| <b>2.7.1 Adesão voluntária e livre</b> .....                           | <b>30</b> |
| <b>2.7.2 Gestão democrática pela gestão dos membros</b> .....          | <b>31</b> |
| <b>2.7.3 Participação econômica dos membros</b> .....                  | <b>31</b> |
| <b>2.7.4 Autonomia e independência</b> .....                           | <b>32</b> |
| <b>2.7.5 Educação, formação e informação</b> .....                     | <b>33</b> |
| <b>2.7.6 Intercooperação</b> .....                                     | <b>34</b> |
| <b>2.7.7 Interesse pela comunidade</b> .....                           | <b>34</b> |
| 2.8 O PAPEL DO COOPERADO .....   | 35        |
| 2.9 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....                                   | 36        |
| 2.10 O CONSELHO FISCAL.....  | 37        |
| 2.11 A DIRETORIA EXECUTIVA .....                                       | 38        |
| 2.12 AS ASSEMBLEIAS .....  | 39        |
| 2.13 O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....                     | 40        |
| 2.14 COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL .....                           | 45        |
| 2.15 LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA .....                                   | 46        |

|   |           |
|---|-----------|
| 2.16 CENÁRIO MUNDIAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO .....           | 48        |
| 2.17 CENÁRIO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO .....          | 49        |
| 2.18 CENÁRIO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA ..... | 52        |
| <b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS .....</b>                       | <b>53</b> |
| 3.1 UNIVERSO E ETAPAS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA .....             | 53        |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS .....                         | 55        |
| <b>3.2.1 CECRISACRED .....</b>                                    | <b>56</b> |
| <b>3.2.2 SICREDI Extremo Sul – SC .....</b>                       | <b>63</b> |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                               | <b>72</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>74</b> |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>78</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

No presente capítulo procura-se delimitar os objetivos e a metodologia utilizada para a elaboração deste estudo. Sem o objetivo de apresentar qualquer conclusão, apresenta-se ainda o tema e o problema que nortearam o encaminhamento dos próximos capítulos.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

A história mostra que o homem, desde os tempos primitivos, já se organizava em grupos para defenderem seus interesses coletivos. Seja na manutenção e organização das sociedades, no plantio, na colheita, na caça e na pesca, demonstrando, o espírito cooperativo presente no ser humano.

Em 1844, na cidade de Rochdale na Inglaterra, que o cooperativismo deixou de existir apenas de fato, para se tornar uma sociedade organizada também de direito a partir da criação da primeira cooperativa denominada Sociedade dos Probos de Rochdale. Naquela época, 28 tecelões, se organizaram para constituir uma instituição que não objetivasse apenas resultados financeiros, mas que oportunizasse uma melhoria na qualidade de vida da comunidade onde estivesse inserida, proporcionando, conseqüentemente, o aumento do poder econômico dos seus associados.

Com o intuito de organizar a cooperativa e, alcançar os objetivos propostos, os tecelões estabeleceram sete princípios que deveriam ser seguidos por todos os cooperados. Esses princípios são considerados, até os dias atuais, como as linhas orientadoras para a disseminação dos valores de uma cooperativa e a normas que definem a gestão dessas instituições.

A globalização e o desenvolvimento tecnológico têm criado um mercado altamente competitivo, as pessoas jurídicas e físicas buscam alternativas para melhorar os negócios e a qualidade de vida gerando uma procura por instituições financeiras que tenham projetos sociais aliados a produtos e serviços com taxas de juros diferenciados aos praticados pelo mercado financeiro, como por exemplo, as cooperativas de crédito.

Neste contexto, as cooperativas de crédito vêm se destacando dentre as instituições financeiras porque focam suas atividades e seus objetivos em atender os

seus cooperados, não apenas na parte financeira, mas também na parte social, visto que são sociedades de pessoas e não de capital.

As cooperativas de crédito se diferenciam das demais instituições por se tratar de entidades solidárias, democráticas e autogeridas, onde cada associado além de dono é também de usuário.

Diante das exigências do mercado as cooperativas de crédito procuram formas de se profissionalizar e manterem-se competitivas no mercado financeiro, sob a administração e a fiscalização de conselheiros, devem administrar a instituição gerenciando os riscos e criando oportunidades de novos negócios.

Para oportunizar a transparência de suas atividades e a disseminação da natureza e dos benefícios da cooperação, além de também atender ao 5º e o 7º princípio cooperativista, “Educação, formação e informação” e “Interesse pela comunidade”, respectivamente, tornou-se necessária a criação de um canal de comunicação entre a própria entidade e a sociedade interna e externa a cooperativa. Embasado nas motivações dos pioneiros de Rochdale e, diante do atual cenário financeiro, surge a seguinte questão problema: Como as cooperativas de crédito sediadas em Criciúma estão atendendo seus cooperados e a comunidade onde está inserida?

## 1.2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa constitui analisar o atendimento prestado pelas cooperativas de crédito sediadas em Criciúma aos cooperados e a comunidade, com base nos moldes propostos pelos pioneiros do cooperativismo e o atual cenário financeiro.

Possui como objetivos específicos os seguintes:

- ✓ verificar quais os princípios que pautam uma cooperativa de crédito;
- ✓ pesquisar a legislação referente as cooperativas de crédito específicas ao atendimento dos princípios cooperativistas;
- ✓ identificar as cooperativas de crédito sediadas em Criciúma;

✓Identificar, por meio de entrevista com gestores das cooperativas de crédito sediadas em Criciúma, o modo pelo qual estão atendendo seus cooperados e a comunidade onde atua.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O cooperativismo de crédito, em sua essência, atua “como movimento socioeconômico que visa ao bem-estar social, cultiva, em essência, a democracia, a solidariedade, a independência e a autonomia”. (SCHNEIDER, 2010)

Para tanto, as cooperativas de crédito elaboram projetos direcionados a distribuição de renda, geração de empregos, capacitação e formação da sociedade em que atua.

Fundamentadas na economia solidária essas instituições buscam um desempenho econômico eficiente, pela qualidade e confiabilidade dos serviços que prestam aos associados e aos usuários.

A contribuição prática ocorre no momento em que esta pesquisa apresenta a forma que os gestores buscam o atendimento à legislação que regulamentam as cooperativas de crédito e ainda promovem a disseminação dos princípios e valores cooperativistas.

.Quanto à contribuição teórica, a pesquisa visa elucidar o tema proposto esquadrinhando a importância do atendimento aos princípios estabelecidos pela Sociedade dos Probos de Rochdale.

Segundo dados retirados do Portal do Cooperativismo (2012) as Cooperativas de Crédito no ano de 2011, possuíam aproximadamente 5,8 milhões de associados em todo o Brasil que movimentavam 2,25% de ativos totais do país, representando 115 bilhões de reais. Tais dados reforçam a relevância social deste trabalho de conclusão de curso que está relacionada à ação das cooperativas de crédito voltadas ao fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a descentralização de renda nas sociedades que está inserida.

Apresentada a relevância social, prática e teórica, justificando este trabalho de conclusão de curso, passa-se ao próximo tópico onde será definida a metodologia utilizada na produção deste.

## 1.4 METODOLOGIA

Após a apresentação do tema, dos objetivos e da justificativa deste estudo chega-se a este tópico onde será descrita metodologia que será utilizada na construção deste trabalho.

Quanto ao objetivo desta pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que, serão descritos e analisados os fatos apurados durante a pesquisa bibliográfica. Segundo Furastê (2007, p. 32) nesse tipo de pesquisa “observam-se, descrevem-se, analisam-se, classificam-se e registram-se fatos sem qualquer tipo de interferência.

Quanto aos procedimentos serão utilizados a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica ocorrerá por meio de consulta em livros, artigos científicos e sites na internet direcionados ao tema. Dmitruk (2001, p. 92) define pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

compreende o embasamento para o diagnóstico. Proporciona uma revisão avaliativa da literatura referente ao assunto. O levantamento bibliográfico visa dar segurança ao pesquisador, muni-lo das informações básicas à investigação, bem como informar o leitor sobre o tema, possibilitando compreensão básica mínima para o andamento das intenções.

Por fim a abordagem será feita qualitativamente, uma vez que se pretende descrever, analisar e interpretar o tema e problema. Para Richardson (1999, p. 45) a abordagem qualitativa de um problema,

além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa.

A seguir apresenta-se o Quadro 1, que representa a metodologia utilizada na produção deste trabalho de conclusão de curso.

Quadro 1 - Roteiro da Metodologia

| <b>ROTEIROS DA METODOLOGIA</b> |                                |
|--------------------------------|--------------------------------|
| Objetivos                      | Descritiva                     |
| Procedimentos                  | Bibliográfica e Estudo de Caso |
| Abordagem do Problema          | Qualitativa                    |
| Coleta de Dados                | Questionário                   |

Fonte: Elaborada pelo autor (2012)

Diante da definição e apresentação da metodologia a ser utilizada, busca-se então, no próximo tópico, a compreensão da estrutura de cada capítulo apresentado no presente trabalho.

## 1.5 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho apresenta 4 (quatro) capítulos distintos que abordam o tema proposto, contemplando os aspectos teóricos necessários ao entendimento e resolução do problema levantado.

A Quadro 2 apresenta a estrutura utilizada para o estudo.

Quadro 2 - Estrutura de Apresentação do Trabalho



Fonte: Elaborada pelo Autor

No primeiro capítulo, são definidos o tema, problema, objetivos, justificativa, metodologia e estrutura do trabalho: os aspectos que direcionam e delimitam a produção e apresentação do estudo realizado.

O segundo capítulo trata do levantamento bibliográfico necessário à elaboração da pesquisa, tais como o surgimento do cooperativismo, das cooperativas de crédito e os Princípios Cooperativistas.

Na sequência, o terceiro capítulo, o resultado da entrevista realizada com os gestores de cooperativas de crédito da cidade de Criciúma, acerca da gestão e disseminação dos Princípios Cooperativista.

Por fim, no quarto e último capítulo, serão apresentadas as considerações finais resultantes da entrevista com os gestores e da pesquisa realizada sobre o tema proposto.

Definida a estrutura de apresentação do trabalho de conclusão de curso, no próximo capítulo será apresentado o referencial teórico essencial ao entendimento ao tema proposto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Será apresentada neste capítulo, a teoria que dá ênfase a elaboração do trabalho, abordando temas relevantes a compreensão e resolução do problema levantado.

Para tanto, será exposta a história do cooperativismo, bem como a criação da primeira cooperativa do mundo. Em continuidade serão descritos os ramos de atuação das cooperativas destacando o ramo de crédito. Por fim serão descritos os Princípios Cooperativistas e a gestão das cooperativas de crédito.

### 2.1 COOPERATIVISMO

Cooperativismo é a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, sem visar ao lucro. Segundo OCERGS (2012) “o cooperativismo, [...], tem como sua maior finalidade libertar o homem do individualismo, através da cooperação entre seus associados, satisfazendo assim as suas necessidades”.

A primeira cooperativa organizada juridicamente foi a Sociedade dos Probos de Rochdale, fundada em 21 de dezembro de 1844, em Manchester na Inglaterra. Formada por 28 operários, na sua maioria tecelões. A Figura 1 apresenta 13 dos 28 operários pioneiros da cooperativa de Rochdale.

Figura 1 - Retrato de 13 dos 28 Pioneiros de Rochdale



Fonte: (OCB/RJ)

Veras Neto (2002) menciona que durante a revolução industrial, os trabalhadores passaram por situações difíceis de exploração e opressão, por esses motivos os Pioneiros de Rochdale necessitavam estabelecer um método de produção capitalista que fizesse frente à situação vivida pela sociedade naquela época.

Cruz (2000, p. 43) relata que após diversas reuniões entre operários foram apontadas propostas para a fundação da nova instituição:

- combater o alcoolismo, muito comum na época, a fim de gerar mais dinheiro para compra alimentos;
- incentivar a luta política pelo voto universal, a fim de propor alterações na legislação trabalhista, que pudessem beneficiar o proletariado;
- emigrar para o novo continente (América), em busca de novas oportunidades e de melhores condições de trabalho;
- criar uma sociedade (cooperativa de consumo), eliminando os lucros, os quais seriam distribuídos entre os associados, para aumentar o poder de compra dos salários;

Diante dos exemplos de fracassos anteriores, e com o desafio de criar uma instituição sólida e democrática Charles Howarth que na época estava sofrendo com o desemprego, fez a sugestão que diferenciava a sociedade criada de todas que surgiram até o momento: “Distribuir as sobras “pro rata” das compras feitas e atribuir ao capital, uma remuneração limitada a 4% ao ano.” (CRUZ, 2000, p. 45).

O autor acrescenta ainda que com intuito de buscar a adesão de um número de sócios que pudesse organizar e manter a sociedade foi lançado ao público o seguinte manifesto que apresentava os ideais e os objetivos da sociedade a ser criada:

- A sociedade se propõe obter vantagens pecuniárias para os seus membros, por meio da acumulação de capital, dividido em partes iguais de uma libra esterlina cada um, e bastante para a realização prática do seguinte plano:
- Fundar um armazém para a venda de provisões alimentares e vestuário;
  - Construir, ou comprar, casas higiênicas para os associados;
  - Fabricar produtos, para dar trabalho aos sócios desempregados, ou que venham a sofrer reduções de salários;
  - Comprar, ou arrendar terras, que serão, a princípio, cultivadas em conjunto pelos sócios, e depois, divididas em pequenas propriedades individuais;
  - Destinar uma parte dos resultados à criação de estabelecimentos comuns, para instrução e o desenvolvimento moral dos sócios;
  - Logo que possível, a sociedade ocupar-se-á em organizar a produção, o governo, ou por outras palavras, em fundar uma colônia interior, unida por interesses comuns, que a si só se baste, e em ajudar outras sociedades a fundar colônias semelhantes. Para a propaganda de solidariedade, a sociedade organizará uma seção especial numa de suas propriedades.

Ainda que o manifesto fosse considerado, por críticos da época, utópico e irrealizável, após algumas semanas sem que nenhuma adesão fosse efetivada, o grupo formado pelos vinte e oito tecelões se propôs em por em prática o ideal proposto.

Veras Neto (2002) narra que a cooperativa iniciou pequena, com capital de 28 libras, adquirindo apenas trigo, farinha e manteiga. E para o armazenamento e distribuição desses produtos, em 21 de dezembro de 1844, foi aberta a mercearia que foi nomeada como “Beco do Sapo” que, inicialmente, funcionava apenas às segundas-feiras e aos sábados, e apresentava um movimento de aproximadamente 2 libras semanais. Contudo, em pouco tempo, a cooperativa conseguiu ampliar muito sua área de atuação, passando a atuar em diversos ramos de atividade.

Aos poucos a sociedade criou consistência e adquiriu a confiança da sociedade que, observando a iniciativa, diferenciada das demais apresentadas até então, começou a se tornar sócia da cooperativa.

No final de 1845, conta Cruz (2000, p. 46) que “o número de associados já era de 74 e o capital se elevava de 28 para 180 libras.”

No sexto ano de fundação, a organização possuía capital suficiente para a compra de uma moimho que segundo Cruz (2000) foi utilizado para o processamento do trigo e, conseqüentemente, redução dos custos de produção da farinha de trigo.

Ainda segundo Cruz (2000) no ano de 1855, a sociedade formada pelos Pioneiros de Rochdale, inicialmente contestada pela maioria da população e críticos, já era apontada como um exemplo a ser seguido e o cooperativismo de consumo estava disseminado em toda Inglaterra, chegando ao número de 1.000 cooperativas registradas no país em 1881 com cerca de 500 mil associados.

Em Rochdale, durante a segunda Guerra Mundial, em 1943, expõe Cruz (2000, p. 47) “a população era de 96.000 habitantes, sendo que deste total, estavam associados à cooperativa mãe cerca de 47.000 cooperados”. Por fim, como prova de que os sonhos dos Pioneiros, fundadores da Sociedade dos Probos de Rochdale, não só se tornou como realidade, mas hoje é disseminado em todo mundo, dados do Sistema OCB (2012) revelam que ‘o setor cooperativo reúne um bilhão de pessoas em mais de 100 países, responde pela geração de mais de 100 milhões de empregos e está presente nos cinco continentes”.

## 2.2 SIMBOLOGIA DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é marcado por seus símbolos, e cada um deles foi escolhido especialmente por representarem o espírito cooperador dessa organização A OCB/RJ (2012) apresenta os símbolos cooperativistas da seguinte forma:

o pinheiro é considerado símbolo da imortalidade e da fecundidade. Multiplica-se com facilidade, inclusive em terrenos inóspitos. Dois pinheiros simbolizam a união e fraternidade.

O círculo verde é uma figura geométrica que não tem começo nem fim, simboliza a eternidade do cooperativismo.

O verde-escuro dos pinheiros simboliza o princípio vital da natureza e toda a esperança que ela encerra.

O amarelo-ouro, cor do sol, fonte de toda a energia e calor, fonte de toda a vida.

Diante desses conceitos, foi criado o símbolo que hoje é reconhecido em todo o mundo como a bandeira do cooperativismo conforme demonstra a Figura 2:

Figura 2 - O Símbolo do Cooperativismo



Fonte: OCB/RJ (2012)

Em qualquer país, em qualquer língua, quaisquer que sejam os princípios religiosos ou políticos, o emblema mostra a eternidade sem limites do círculo, abraçando os dois pinheiros unidos e coesos, imortais e fecundos nos seus princípios, perenes na multiplicação de seus ideais.

## 2.3 RAMOS DE ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Para atingir seu objetivo econômico e social, o cooperativismo se ramifica em 13 áreas distintas que visam o atendimento de toda a sociedade onde está inserido. A revista *Gestão Cooperativista* (2009) dividiu as cooperativas por suas finalidades conforme apresentado na Quadro 3:

Quadro 3 - Ramos de Atuação do Cooperativismo

| RAMO DE ATUAÇÃO | DESCRIÇÃO   |
|-----------------|---|
| Agropecuário    | Reunindo produtores rurais, agropastoris e de pesca. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização.   |
| Consumo         | Inicialmente formada por cooperativas fechadas. Hoje, o ramo busca fortalecimento e competitividade, modernizando sua administração e investindo em capacitação e treinamento de funcionários.  |
| Crédito         | Um dos primeiros ramos a se organizar no Brasil, atua no crédito rural e urbano. Com o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais.   |
| Educacional     | Formada por um grupo de pais em 1982, o objetivo das cooperativas é unir o ensino de boa qualidade e preço justo, promovendo a educação com base na democracia e na cooperação, sem estimular a competição.   |
| Especial        | Cooperativas formadas por pessoas em situação de desvantagem, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação de vulnerabilidade familiar, econômica, social e afetiva.  |
| Habitacional    | As cooperativas habitacionais têm como objetivo viabilizar moradia aos associados. Seu diferencial é a construção de habitações a preço justo, abaixo do preço de mercado, pois não visam lucro.  |
| Infraestrutura  | Formada hoje por cooperativas de eletrificação rural, este ramo existe desde 1941 e atende principalmente às pequenas e médias propriedades rurais. É especialmente forte no Sul do país. Além da construção das redes, as cooperativas são responsáveis pela produção, geração, manutenção, operação e distribuição da energia elétrica. |
| Mineral         | Atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importações e exportação de produtos minerais.   |
| Produção        | Estimula o empreendedorismo em que um grupo de profissionais na exploração de diversas atividades produtivas se reúne para produzir bens e produtos como donos do seu próprio negócio.  |
| Saúde           | Reúne profissionais especializados na promoção da saúde humana, como médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais.   |
| Trabalho        | Associação de profissionais de atividades afins para a prestação de serviço. É a saída contra a informalidade, mas ainda luta por uma legislação regulamentada.   |
| Transporte      | Composto por cooperativas de transporte de carga e passageiros - táxis e vans inclusos.   |
| Turismo e Lazer | Em processo de estruturação, visa à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria por profissionais dessas áreas.   |

Fonte: Adaptado da Revista *Gestão Cooperativista* (2009)

Desta forma, ao ramificar-se em diversas áreas, o cooperativismo se mantém atuante na sociedade, trabalhando em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

## 2.4 CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS

A Lei 5.764/71, no seu Artigo 6º rege a classificação das cooperativas e define que essas serão diferenciadas conforme sua dimensão e os objetivos a serem alcançados.

### 2.4.1 Cooperativas singulares

Atuam em cidades ou pequenas regiões e são subordinadas às federações e confederações. Sua criação é regulamentada pelo Parágrafo I, do Artigo 6º, Lei 5.764/71:

[...] I- singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda aquelas sem fins lucrativos; (Brasil, 2012)

Segundo Young (2008, p. 23) “as cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados”. Elas formam a base de atuação das cooperativas onde são oferecidos aos associados os produtos e serviços disponíveis a sociedade.

### 2.4.2 Cooperativas centrais ou federações de cooperativas

A criação das cooperativas centrais ou federações é regulamentada pelo Parágrafo II, do Artigo 6º, Lei 5.764/71:

II- cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de no mínimo, 3 (três) singulares de cooperativas, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais. (Brasil, 2012)

“As cooperativas centrais ou federações têm o objetivo de organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistências de interesse das filiadas”. (YOUNG, p. 23)

Desta forma essas instituições representam o segundo nível das cooperativas, atuando no aparelhamento dos serviços das singulares.

### 2.4.3 Confederações de cooperativas

A confederação de cooperativas por sua vez representa o terceiro e maior nível dessas instituições e são regulamentadas pelo Parágrafo III, do Artigo 6º, Lei 5.764/71, conforme segue:

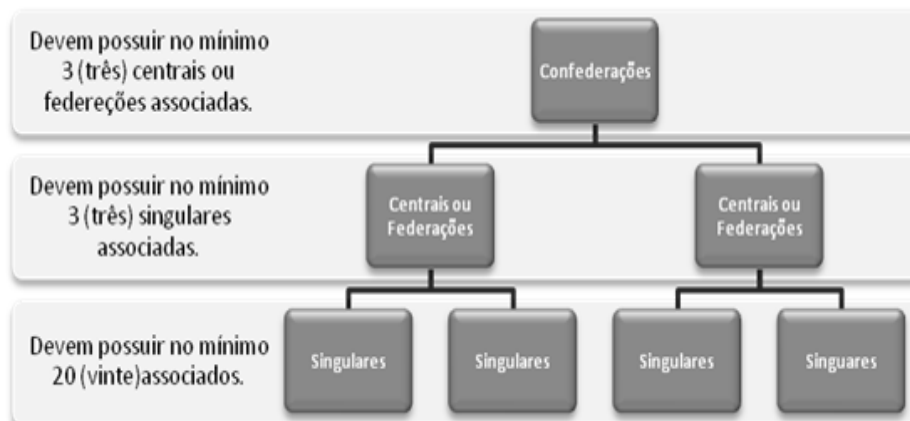
III- confederações de cooperativas as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.” (Brasil, 2012)

Young (2008) narra que as cooperativas centrais atuam em negócios que ultrapassam a esfera de atuação de suas filiadas, ou seja, singulares e centrais ou confederações.

É estabelecida apenas 1 (uma) confederação que defendem os interesses das cooperativas associadas supervisionando, orientando e padronizando as atividades de toda a sua rede de atendimento.

A Figura 3 demonstra como é organizada a hierarquia dessas instituições:

Figura 3- Hierarquia das Cooperativas



Fonte: Adaptada pelo autor

## 2.5 REPRESENTATIVIDADE DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo possui ramificações que visam a representatividade do movimento no mundo todo.

Em âmbito mundial, a representação é responsabilidade da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, uma aliança que visa a defesa dos princípios cooperativistas.

Para o Portal do Cooperativismo (2012),

a ACI foi criada em 1895, constituída como uma associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

O Portal do Cooperativismo (2012) ainda relata que a ACI hoje possui mais de 230 organizações ditribuidas por mais de 100 países, que juntas chegam a mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo.

Nas Américas o cooperativismo é representado pela ACI – Américas (Aliança Cooperativa Internacional para as Américas), um braço da ACI que atua no continente americano.

Para a OCB (2012) “a ACI-Américas tem participado ativamente do processo preparatório de diversas reuniões estratégicas em nível subregional”.

Em nível nacional essa representatividade é realizada pela OCB – Organização da Cooperativas Brasileiras, criada em 1969.

A OCB (2012) descreve que durante o regime militar haviam duas instituições que representavam o movimento cooperativista no país, a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco). Mas com o intuito de fortalecer o movimento o Estado agiu de forma a unificar as duas instituições criando em 02 de dezembro de 1969 a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Em Santa Catarina a OCESC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) representa todos os ramos de cooperativismo do estado.

A OCESC (2012) transcreve que constituída em 28 de agosto de 1971,

após a oficialização passou a representar efetivamente o Sistema Cooperativo Catarinense, para a criação e registro de cooperativas singulares, centrais e federações, já encarregando-se gradativamente dos serviços anteriormente a cargo de órgãos governamentais, coordenando o encaminhamento da documentação correspondente à OCB, aos órgãos normativos estatais e à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina-JUCESC.

A Figura 4 demonstra a hierarquia da representatividade cooperativista no âmbito mundial, continental, nacional e estadual.

Figura 4 - Representatividade das Cooperativas



Fonte: Adaptada pelo Autor (2012)

Os braços de representação do cooperativismo distribuídos por todo o mundo ajudam a fortalecer o movimento, levando-o ao contado de bilhões de pessoas.

## 2.6 VALORES BÁSICOS

O cooperativismo surgiu da ideia de trabalho em conjunto para o bem comum da sociedade, e para isso estabeleceu-se a doutrina cooperativista, baseada nos valores e nos princípios definidos pelos pioneiros de Rochdale.

De acordo com Cruz (2000) os valores são experiências morais, de caráter permanente, que constituem no arcabouço do pensamento e da conduta cooperativista.

Colaborando com o tema Irion (1994, p. 49 apud EYNG 2011, p. 34) relata que uma cooperativa

deve ser construída sobre um alicerce forte, para que este melhore o comportamento das pessoas cooperadas e o mesmo deve ser visível no exercício das atividades. Este alicerce deve ser embasado em valores como solidariedade, honestidade, democracia ajuda mútua.

O Quadro 4 demonstra, de forma concisa os valores seguidos pelo cooperativismo descritos por Irion (1994, p. 49 apud EYNG 2011, p. 34)

Quadro 4 - Valores Básicos do Cooperativismo e sua Descrição

| <b>VALORES BÁSICOS</b> | <b>DESCRIÇÃO</b>   |
|------------------------|--|
| <b>Solidariedade</b>   | É um valor essencial que deve estar presente nas instâncias de uma cooperativa, é um fator primordial para a existência e fortalecimento da cooperação entre os associados da cooperativa.   |
| <b>Liberdade</b>       | O valor cooperativista da liberdade permite aos associados da cooperativa retirarem-se do empreendimento no momento que lhe for conveniente e também aos pretendentes de tornarem-se cooperados por livre e espontânea vontade.  |
| <b>Democracia</b>      | Não tem sentido aqui entendida apenas na forma de participação e organização dentro das cooperativas, mas sim na participação de todos os associados nas reuniões, direito de opinião, da oportunidade do exercício das funções diretivas entre outros. A aplicação do valor de democracia inibe a distinção entre pessoas bem como o surgimento de grupos de interesse ou figuras de poder. |
| <b>Justiça social</b>  | Com a promoção da Justiça Social é adquirida a evolução pessoal dos indivíduos, que se concretiza através da promoção das pessoas, através da educação, cultura, qualidade de vida, oportunidade de trabalho e realização pessoal.   |
| <b>Equidade</b>        | Garante o tratamento igual; de acordo com o grau de participação nas relações humanas e de contribuição para os associados.  |
| <b>Participação</b>    | Ativa de todos os cooperados nos diversos estágios de desenvolvimento organizacional de uma cooperativa determina até que ponto os objetivos traçados pelo empreendimento serão alcançados de forma eficaz.  |
| <b>Universalidade</b>  | Através do valor da universalidade as pessoas e os grupos associados descobrem o seu maior valor e enriquecimento não em ações individuais, mas com o trabalho coletivo em prol de objetivos de interesse universal.   |
| <b>Honestidade</b>     | É um aspecto componente da formação do caráter do ser humano, cada vez mais desprezado pela sociedade com intenção de promover uma reforma moral das pessoas, os pioneiros do cooperativismo buscavam sempre alertar para as atitudes e o comportamento dos indivíduos na sociedade.   |

Fonte: EYNG (2011)

Esses valores são considerados os pilares essenciais para a construção de uma cooperativa que se preocupa com o bem da sociedade como um todo, transmitindo confiança e credibilidade a seus associados.

## 2.7 PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

As atividades cooperativistas do mundo inteiro são inspiradas nas normas criadas pela cooperativa de Rochdale, na Inglaterra. Para Meinen e Port (2002, p.

31) “os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores”.

Os 28 tecelões, fundadores desta instituição, determinaram que os 7 Princípios Cooperativistas, que apesar de sofrerem algumas mudanças de redação durante os anos, não perderam sua essência. Segundo Meinen e Port (2002, p. 32) a lista vigente até 2012 foi definida pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) em 1995. São eles: Adesão voluntária e livre, Gestão democrática pela gestão dos membros, Participação econômica dos membros, Autonomia e independência, Educação, formação e informação, Intercooperação, Interesse pela comunidade.

### **2.7.1 Adesão voluntária e livre**

O associado tem o direito a aderir-se ou retirar-se do quadro de sócios da cooperativa quando assim desejar.

Cruz (2000) relata que inicialmente, tinha-se a preocupação de se evitar discriminações políticas e religiosas, visto que entre os 28 pioneiros eram professados credos e apoiadas diferentes correntes políticas.

Veras Neto (2002, p. 96) afirma que nesse princípio “[...] não se admite que ninguém seja coagido a ingressar numa sociedade cooperativa [...]” e finaliza afirmando que “[...] não pode ser vedado o ingresso na sociedade àqueles que preenchem as condições estatutárias”.

Meinen e Port (2012, p. 32) ratificam que

de um lado, nos termos da lei e do estatuto social (entra aqui a questão da aptidão), o acesso é livre a quem queria cooperar, e, de outro, que a manifestação de adesão compete ao próprio interessado, não se cogitando que alguém possa ser compelido a ingressar ou a permanecer na sociedade.

Desta forma buscava-se a criação de uma instituição que, além de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida de seus associados, estaria aberta a qualquer interessado, sem considerar sua posição política, financeira, ou valor do capital investido na cooperativa.

### **2.7.2 Gestão democrática pela gestão dos membros**

A principal ideia desse princípio é a igualdade entre todos os sócios, ou seja, nas cooperativas de primeiro grau, todos os associados teriam direito a um voto, independente de seu capital investido na cooperativa.

Segundo Cruz (2000) nas cooperativas de crédito de primeiro grau, os associados têm igual direito de voto (um associado/um voto).

Meinen e Port (2012, p. 34) ressaltam que:

quanto ao voto, tratando-se de cooperativa singular, cada associado, independente do grau de participação econômica (capital, depósitos, etc.) e da condição social, tem direito a apenas um, com igual peso para todos (“um homem, um voto”).

Já no âmbito das cooperativas de primeiro o segundo grau, o voto dá por representação, mas sem ferir os valores democráticos estabelecidos.

Cruz (2000) afirma que nas cooperativas de crédito de segundo grau, ainda de que forma diferente, também, são organizadas democraticamente. Da mesma forma que Meinen e Port (2012, p. 34) descrevem que nestes casos o voto pode ser múltiplo, mas desde que baseado no número de associados nas cooperativas de primeiro grau.

Para Veras Neto (2002, p. 96) a gestão democrática “estabelece a predominância da pessoa sobre o capital”.

Sobre esse aspecto Meinen e Port (2012, p. 33) descrevem que “votar e ser votado, de acordo com as condições estatutárias, constituem direitos e, por consequência, deveres basilares do associado”.

Por meio deste princípio, busca-se estabelecer uma gestão democrática, responsável e transparente onde todos os sócios possam acompanhar e deliberar sobre os atos relativos a cooperativa.

### **2.7.3 Participação econômica dos membros**

A estrutura patrimonial de uma cooperativa é formada pela participação de cada cooperado no capital social. Por isso, segundo Meinen e Port (2012) o associado deve contribuir para a formação do patrimônio da cooperativa

integralizando quotas-partes e decidindo pela transformação em reservas das sobras de cada exercício.

Além disso, os cooperados, por serem donos, devem participar ativamente da gestão de sua cooperativa. Para Meinen e Port (2012, p. 35) “todos têm de fazer sua parte, de modo que o esforço individual seja proporcionalmente distribuído”.

Além disso, esse princípio determina o destino das sobras de capital, conforme descreve Cruz (2000) para o desenvolvimento de suas cooperativas, benefícios dos associados e aptos a outras atividades.

Ainda segundo Cruz (2000, p. 55) “este princípio é o chamado pró rata e sempre esteve presente no cooperativismo, desde os Pioneiros de Rochdale, por proposta de Charles Howard.”

Meinen e Port (2012) reforçam a ideia do autor relatando que além das vantagens que vão desde a qualidade das operações disponibilizadas até as taxas com preços mais atrativos, os associados, ao final do ano, tem direito a remuneração de suas quotas-partes de capital de acordo com as operações realizadas no período.

Diante disso, ficou determinado que as sobras de capital deveriam retornar aos sócios de acordo com a proporção de suas operações.

#### **2.7.4 Autonomia e independência**

O princípio da autonomia e independência define que as cooperativas de crédito devem ser independentes de qualquer governo, empresa ou pessoa.

Para Bulgarelli (2000, p. 19) “as cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros”.

Meinen e Port (2012, p. 36) transcrevem que “em razão da gestão se exclusividade dos associados, não se cogita de influência externa, especialmente para assegurar privilégios em detrimento da coletividade de cooperados”.

Ainda que realizados acordos com outras instituições o direito de cada associado deve ser resguardado.

Veras Neto (2002, p. 98) relata que “em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, elas devem fazê-lo em termos que preservem o controle democrático dos sócios e mantenham sua autonomia.”

Confirmando o exposto Meinen e Port (2012, p. 34) descrevem que:

qualquer tratativa negocial ou iniciativa que envolva a participação de pessoas, entidades ou órgãos externos não podem afetar o controle (democrático) pelos próprios associados, imputar-lhes prejuízo ou tratamento injusto e nem impliar privilégios ou favores aos administradores ou executivos das cooperativas.

Desta forma as entidades preservam sua autonomia e resguardam-se de interferências, principalmente políticas.

### **2.7.5 Educação, formação e informação**

O quinto princípio define que as cooperativas devem investir na formação e capacitação de seus membros e gestores.

Veras Neto (2002, p. 98) preceitua que “as cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários.”

Além disso, as cooperativas devem manter uma linha de contato com a sociedade interna e externa a instituição. Veras Neto (2002, p. 98) define que “elas deverão informar ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.”

Para Meinen e Port (2012) é impossível que uma cooperativa, independente de seu ramo de atividade, busque o desenvolvimento e solidez sem que seus membros dominem e respeitem os valores, princípios e as regras que fundamentam a atividade cooperativista.

O principal objetivo desse princípio seria o fortalecimento do pensamento cooperativista e a formação de uma nova filosofia econômica, a chamada Educação Cooperativista.

### **2.7.6 Intercooperação**

É o princípio que orienta que todas as cooperativas devem trabalhar em conjunto para o fortalecimento e disseminação do movimento cooperativista.

As cooperativas, segundo Veras Neto (2002, p. 98) “atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, regionais e internacionais.”

A intercooperação pode ocorrer de duas formas; a horizontal e a vertical.

Para Cruz (2000) o processo horizontal se dá através do intercâmbio comercial, tecnológico e financeiro entre cooperativas de áreas de atuação idênticas.

Para Meinen e Port (2012) esse processo deve ser implementado nas bases operação entre cooperativas de diversos ramos. Um exemplo citado pelos autores é a utilização de uma cooperativa de crédito, para as operações financeiras, por ser uma cooperativa de uma ramo de atividade diferente.

Quanto à intercooperação vertical Cruz (2000) afirma que trata-se da organização institucional do sistema cooperativista que une as cooperativas singulares e as centrais com suas Federações e Confederações.

Sobre este tema, Meinen e Port (2012) relatam que

todos os esforços devem ser feitos para que as cooperativas se organizarem em entidades de segundo (centrais e federações) e, pela reunião das centrais e federações, de terceiro (confederação) pisos, compondo aglutinações sistêmicas.

Para Cruz (2000, p. 57) “esse princípio representa a extensão dos comportamentos básicos da união, cooperação e solidariedade, tão preconizados pela doutrina cooperativista.”

Tal princípio reforça o sentimento de solidariedade, uma vez que, trabalhando unidas, as cooperativas terão o interesse de mater suas parceiras sólidas e econômica e financeiramente saudáveis.

### **2.7.7 Interesse pela comunidade**

O cultivo da solidariedade sempre esteve presente nos ideais cooperativistas, desta forma o 7º Princípio veio determinar que as cooperativas

devem trabalhar para a melhoria da qualidade de vida de seus cooperados e da sociedade que está inserida.

Para Cruz (2000, p. 99) as cooperativas “além de procurar resolver os problemas dos seus associados, não devem perder de vista o desenvolvimento social no ambiente no qual atuam”. Veras Neto (2002, p. 98) reafirma que para o atendimento desse princípio “as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros”.

Segundo Meinen e Port (2012) o interesse pela comunidade “significa que as cooperativas devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias”. E ainda afirmam taxativamente que esse compromisso é exclusivo das cooperativas de crédito, uma vez que nenhum outro agente econômico o adota.

As cooperativas ainda devem manter um relacionamento estreito e participativo com o governo, nos seus três níveis, estando presente nas áreas de maior visibilidade social.

Cruz (2000, p. 59) ainda define que,

essa integração entre o cooperativismo e o poder público é que, em última análise, vai propiciar a grande oportunidade para que sejam encontrados os caminhos, de reconstrução de uma sociedade mais humana e harmônica, onde as relações econômicas entre os homens possam servir à implementação do objetivo final do cooperativismo, que é o de tornar a sociedade em que vivemos, mais fraterna e justa”.

É em observância a esse princípio que as cooperativas devem trabalhar arduamente na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sócio/econômico da sociedade em geral.

## 2.8 O PAPEL DO COOPERADO

Assim como nas demais instituições, para a criação do cooperativismo, além de obedecer a legislação, é necessário que se tenha um quadro de associados interessados em trabalhar em conjunto para o bem da sociedade, impondo direitos e deveres que estes devem seguir.

Para Eyng (2011) desta forma torna-se possível a construção de uma instituição ética, honesta, transparente e responsável social e economicamente.

O SEBRAE (2009) transcreve os direitos e deveres de cada associado de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5 - Direitos e Deveres dos Associados à Cooperativa de Crédito

| DIREITOS   | DEVERES  |
|--|--|
| Frequentar as assembleias gerais e decidir pelo voto os assuntos interessados a sociedade.       | Subscrever e integralizar as quotas-partes de capital fixadas no estatuto para ingressar na cooperativa. |
| Votar e ser votado.  | Operar preferencialmente com a cooperativa nos depósitos a vista e/ou a prazo, nos débitos automáticos e |
| Participar das atividades econômicas, sociais e educativas.                                      | Respeitar as decisões votadas nas assembleias gerais pela maioria dos associados.                        |
| Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa.                               | Zelar pelo interesse comum e pela autonomia da sociedade.  |
| Receber proporcionalmente as sobras de capital.  | Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades.                       |
| Solicitar esclarecimentos aos gestores da cooperativa de crédito.                                | Debater ideias e decidir, pelo voto, os objetivos e metas de interesse.                                  |
| Convocar assembleia extraordinária.  | Denunciar os procedimentos indevidos que forem de seu conhecimento.                                      |
| Solicitar balanços financeiros e as demonstrações de resultados antes mesmo da assembléia geral. | Participar do rateio das despesas comuns da cooperativa e, caso sejam verificadas perdas no exercício.   |
| Retirar seu capital ou desligar-se da cooperativa de acordo com o estatuto.                      |  |

Fonte: Sebrae (2009)

Desta forma os direitos e deveres demonstram que o cooperado, como é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa, deve zelar pela instituição e manter sempre uma conduta ativa.

Além de fiscalizar as ações praticadas pelos gestores, uma vez que, da mesma forma que possui direito as sobras de capital, pode ser chamado a responder financeiramente, de acordo com suas movimentação, por eventuais prejuízos da cooperativa.

## 2.9 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Constituído pela Art. 47 da Lei 5.764/71, o Conselho de Administração, órgão superior da estrutura da cooperativa, é responsável pela aplicação das normas relativas ao Estatuto Social e legislação específica bem com execução das deliberações da Assembleia Geral.

Segundo o Portal o Cooperativismos (2012), o Conselho é formado por cooperados no gozo de seus direitos , eleitos para uma mandado de quatro anos. Já Meinen e Port (2012) definem algumas de suas competencias conforme Quadro 6:

Quadro 6 - Competências do Conselho de Administração

| Conselho de Administração  |
|--|
| Orientação geral e estratégia no campo dos negócios e das atividades de apoio e/retaguarda da coopeartiva                  |
| Aprovação dos planos estratégicos da cooperativa   |
| Avaliação e aprovação das política e diretrizes relativas aos controles internos, à segurança e à gestão de riscos         |
| Apreciação de regras sistêmicas definidas no âmbito das coopeativas centrais e entidades corporativas do sistema associado |
| Eleição e destituição dos membros do conselho fiscal   |
| Supervisão da diretoria e dos seus componentes   |
| Definição e execução de plano com vista à sucessão de diretores da cooperativa   |
| Decisão quanto ao pagamento de juros às quotas-partes de capital, estipulando a remuneraõa                                 |
| Exame e apuração das denúncias de infrações praticadas no âmbito da cooperativa  |
| Deliberação acerca de eliminação e exclusão de associados  |
| Decisão prévia sobre participações de capital em outras empresas ou entidades, fixando diretrizes                          |
| Prestação de contas anual à assembleia geral   |
| avaliar aspectos intangíveis como marca, reputação, relacionamentos e credibilidade da cooperativa                         |

Fonte: MEINEN e PORT (2012)

## 2.10 O CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, segundo descrito na 5.764/71, é o órgão, formado por três membros efetivos e três suplentes, responsável pela fiscalização ativa e criteriosa, da administração da cooperativa.

Para o Portal o Cooperativismos (2012) “é um órgão independente da administração. Tem por objetivo representar a Assembleia Geral no desempenho de funções durante um período de doze meses”. Descrição que é confirmada por

Meinen e Port (2012, p. 286) quando relatam que “o conselho fiscal, em essência, deve assegurar-se de que a administração esteja cumprindo o seu papel, nos limites da lei e de acordo com os padrões éticos.

Desta forma, o conselho fiscal, torna-se “os olhos” dos cooperados no âmbito da administração cooperativa e como tal deve trabalhar em função de uma administração honesta, competente e principalmente, transparente.

## 2.11 A DIRETORIA EXECUTIVA

O BACEN, por meio da Lei complementa 130/09, instituiu a criação da Diretoria Executiva, que seria um órgão subordinado ao conselho de administração, e por esse motivo, acabará a diretoria o cumprimento das diretrizes relacionados pelo próprio conselho.

Meinen e Port (2012, p. 279) atribuem a diretoria funções conforme descrito no Quadro 7:

### Quadro 7 - Atribuições a Diretoria Executiva

| Diretoria Executiva   |
|---|
| Cumprimento das diretrizes fixadas pelo conselho de administração, especialmente quanto às metas quantitativas de negócios; |
| Proposição de planos de trabalho plurianuais, incluindo estimativas de investimentos e custeio;                             |
| Fixação de atribuições a cada um dos seus membros;  |
| Condução dos atos de gestão, incluindo a contratação e a supervisão de/dos executivos e colaboradores;                      |
| Acompanhamento permanente do estado econômico-financeiro da sociedade;  |
| Execução de programas relacionados à organização do quadro social, desenvolvimento e gestão;                                |
| Avaliação contínua do atendimento prestado ao quadro social;  |
| Prestação de contas, periodicamente, ao conselho de administração, quanto ao cumprimento dos planos de trabalho/de metas.   |

Fonte: Adaptado de MEINEN e PORT (2012)

Ainda que a Lei 130/09, em seu Art. 5º, deixa facultativo a criação da diretoria executiva por parte do conselho de administração, a instituição desse órgão torna-se de grande importância uma vez que fortalece a doutrina cooperativista.

## 2.12 AS ASSEMBLEIAS

As assembleias gerais são a forma de o associado participar efetivamente no controle e na gestão dos recursos oriundos das atividades cooperativistas. Segundo o Portal o Cooperativismo (2012) a assembleia “é o órgão máximo da sociedade cooperativa, responsável pelas decisões de interesse do empreendimento”.

A realização das Assembleias Gerais, bem como seus encaminhamentos, é regida pela Lei 5.764/71 que definiu as políticas nacionais referentes ao cooperativismo e regulou as atividades das sociedades cooperativas,

Segundo relata o Parágrafo 1º, do Art. 38 da referida Lei a convocação dos associados às assembleias gerais devem acontecer com o prazo mínimo de antecedência de 10 dias, mediante publicação nas agências de atendimento, jornais e por meio de circulares destinadas aos associados. Caso, no momento de sua instalação, não haja quorum suficiente, a lei deliberar que nova assembleia pode ser chamada de acordo com o regimento do Estatuto Social.

A convocação, conforme Parágrafo 2º, daquele artigo, rege que “a convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.”

As deliberações nas assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, poderão ser concretizadas somente com o voto da maioria dos presentes hábitos a votar (Art. 38, § 3º).

As Assembleias Gerais, segundo o Portal o Cooperativismo (2012), pode ser de dois tipos: Extraordinária e Ordinária.

As Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE's) são regidas pela Seção III da Lei 5.764/71 nos Parágrafos 45 e 46.

O Art. 45º Lei citada transcreve que esse tipo de assembleia pode ser convocada a qualquer momento e deliberar apenas os assuntos que constarem no

edital de convocação. Já o Art. 46º desta mesma Lei, , nos incisos de I a V, regimenta a competência da Assembleias Gerais Cooperativas, quais sejam:

- I - reforma do estatuto;
- II - fusão, incorporação ou desmembramento;
- III - mudança do objeto da sociedade;
- IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V - contas do liquidante.

As Assembleias Gerais Ordinárias (AGO's), por sua vez, são descritas na Seção II, da lei 5.764/71 e sua realização é regulamentada pelo Art. 44ª, onde fica definido que esse tipo de assembleia deve ocorrer anualmente, nos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social.

Os incisos de I a V regem sobre os temas que serão abordados e deliberados nas AGO's, quais sejam:

- I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
  - a) relatório da gestão;
  - b) balanço;
  - c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.
- II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
- III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;
- IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

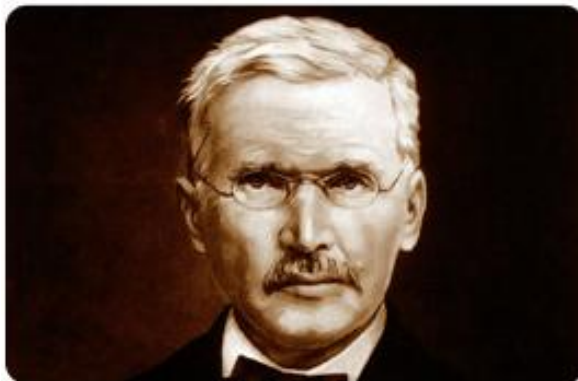
## 2.13 O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Após três anos da criação da primeira cooperativa, em Rochdale, surgiu a intenção de constituir uma cooperativa de crédito. Foi no povoado de Weyerbusch/Westerwald, região oeste da Alemanha, em 1847.

Ainda que esta fosse apenas uma associação de apoio a população rural da região, serviu como base para criação da primeira cooperativa de crédito rural, fundada 1864 , por Fridiedrich Wilhelm Raiffesen. (PINHEIRO, 2008).

A Figura 5 traz o retrado do fundador das cooperativas do tipo Raiffesen

Figura 5 - Retrato de Fridiedrich Wilhelm Raiffesen



Fonte: Portal do Cooperativismo (2012)

Segundo o Portal do Cooperativismo (2012) Raiffesen, mediante a crise que se instalava na segunda metade do século XIX, assumiu para si a tarefa de aliviar a grande necessidade econômica da população, criando a Heddesdorf Darlehnskassen Verein, uma cooperativa que captava recursos de sócios com a intenção de emprestá-los a outros sócios necessitados.

Conforme Pinheiro (2008, p. 21),

as cooperativas criadas por Raiffesen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos.

A ideologia de Raiffesen era tão inovadora que a cooperativa criada em 1864, 148 anos atrás, ainda atua na Alemanha apresentando em dez/2011 50 mil clientes, 20 mil associados, 19 pontos de atendimento e um capital de 650 milhões de Euros (Portal do Cooperativismo, 2012).

A Figura 6 traz a foto da atual sede do Banco Cooperativo:

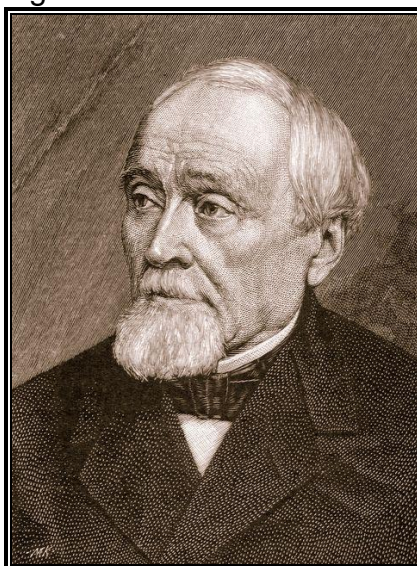
Figura 6 – Atual Sede do Banco Cooperativo



Fonte: Portal do Cooperativismo (2012)

No que tange às cooperativas de crédito urbanas, foi Herman Schulze, também Alemão, formado em direito, o pioneiro fundando em 1856, na cidade de Delitzsch, a “associação do dinheiro antecipado”.

Figura 7 - Retrato de Herman Schulze



Fonte: C.R.E.S Ile de France

Conforme relata Pinheiro (2008, p. 21) “as cooperativas fundadas por Herman Schulze passariam a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares.”

Para o BACEN (2003, p. 7) as cooperativas criadas por Schulze “[...] diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.”

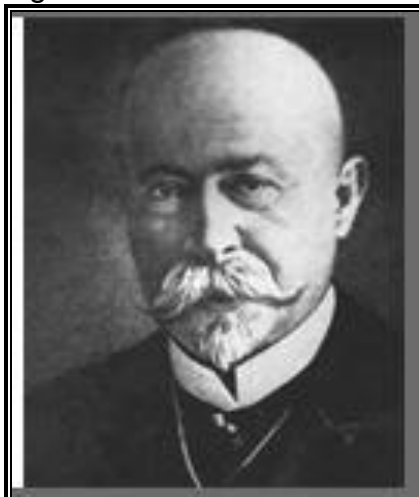
A CONFEBRAS (2012) conta que os princípios adotados por Schulze foram o da ajuda mútua, controle democrático individualizado e liberdade.

Com o passar dos anos, as cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch, se fortaleceram na região e se espalharam por toda a Alemanha, tamanha era a necessidade da população e os benefícios gerados pela instituição.

CONFEBRAS (2012) confirma o sucesso de Schulze relatando que apesar de duras críticas sofridas, o número de cooperativas cresceu muito e após 10 anos de existência, já haviam 111 filiais, na grande maioria com resultados satisfatórios.

Não demorou muito para que um terceiro modelo surgisse. Wilhelm Hass, outro alemão, criou uma instituição considerada como um “meio termo” entre Raiffeisen e Schulze, e mais voltada para o caráter econômico da agricultura.

Figura 8 - Retrato de Wilhelm Hass



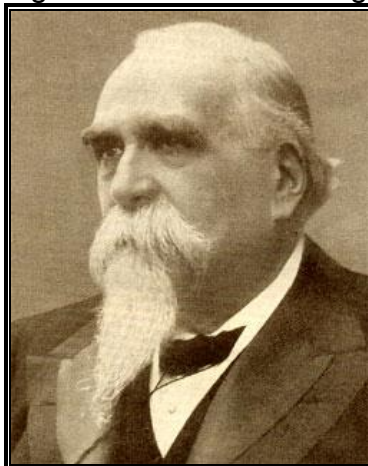
Fonte: DZ Bankin (2012)

A CONFEBRAS (2012) descreve que para Hass a cooperativa deveria buscar a independência aos produtores através do auxílio dos cooperados, buscando redução nos custos de produção, aumentar o crédito agrícola e negociar compra de equipamentos por um preço menor. E tudo isso independentemente das crenças éticas e cristãs, defendida por Raiffeisen e Schulze.

Com o advento das cooperativas de crédito criadas pelos alemães a ideia de ajuda mútua espalhou-se por toda Europa e logo os países vizinhos foram criando suas próprias cooperativas.

Em 1865, na cidade de Milão, na Itália, conta Pinheiro (2008), Luigi Luzzatti constituiu a primeira cooperativa do país, que mais tarde herdaria seu nome e ficaria conhecida como “cooperativa do tipo Luzzatti”.

Figura 9 - Retrato de Luigi Luzzatti



Fonte: LUZZATTI (2012)

Segundo a CONFEBRAS (2012) o Banco Popular Luzzatti tenha como destaque “a participação com pequenas quotas de capital, a concessão de pequenos empréstimos sem garantias reais e a responsabilidade limitada ao valor de capital sem exigência de vínculos para associação”.

Com atuação voltada para a economia agrícola o Banco Popular se tornou uma das maiores instituições financeiras da Itália.

Na América, o surgimento de cooperativas de crédito se deu há mais de meio século após a criação de Raiffeisen e Schulze.

Foi em 1901, quando o jornalista Alphonse Desjardins criou um sistema de crédito mútuo, que levou seu nome, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores (CONFEBRAS, 2012)

Pinheiro (2008, p. 22) descreve que “primeira cooperativa criada por Desjardins foi na província canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900”.

Ainda segundo o Pinheiro (2008), Alphonse Desjardins idealizou um cooperativa cujo os sócios possuíam algum vínculo, ou seja, funcionários públicos, empregados de uma fábrica.

Para alcançar o sucesso Desjardin buscou uma fórmula própria, mesclando os modelos de Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti.

A CONFEBRAS (2012) relata que Desjardin utilizou os pensamentos dos pioneiros da seguinte forma:

no modelo Raiffeisen, Desjardins buscou o sentimento de honestidade, a integração do sistema e a determinação das áreas de atuação. Do modelo Schulze-Delitzsch, resgatou a profissionalização, incorporando a remuneração dos dirigentes e a preocupação com a capitalização mediante a poupança dos associados. Do modelo Luzzatti, herdou a característica urbana, a responsabilidade limitada e a auto-ajuda em oposição à espera do apoio estatal.

E o resultado foi o que chamamos hoje no Brasil de “crédito mútuo”, que se espalhou por todo mundo e está presente cada vez mais no cotidiano da sociedade.

## 2.14 COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

Em virtude da estrutura mercadológica do Brasil e as dificuldades para os produtores rurais, a instalação de cooperativas de crédito tornou-se uma alternativa viável.

O Cooperativismo de Crédito Rural no Brasil foi constituído em 28 de dezembro de 1.902, na Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, pelo padre suíço Theodor Amstad, conforme relata Vermeulen (2008). Batizada por seus fundadores de Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, tinha objetivo reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço do seu próprio desenvolvimento. Segundo o Banricoop (2012) “esta cooperativa, do tipo Raiffensen, continua em atividade, sob denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis”. Em 1908, o cooperativismo rompeu as fronteiras do Rio Grande do Sul para se instalar no Rio de Janeiro.

Com a abertura de várias unidades cooperativas distribuídas pelo Rio Grande do Sul logo foi possível viabilizar a primeira Central Cooperativa do país, localizada na capital do estado. De acordo com CONFEBRAS (2012) “em 1925, existiam 63 Caixas Rurais no Rio Grande do Sul, possibilitando o surgimento, em Porto Alegre da primeira Central”.

Seis anos antes, na região sudeste, influenciados pela igreja católica, um grupo de pessoas buscou nos italianos, inspirações para a criação de uma instituição financeira do tipo Luzzatti.

A CONFEBRAS (2012) confirma relatando que o segundo modelo a se instalar no Brasil foram as Caixas Luzzatti, em 1919, em Franca/SP. E apesar de um enorme crescimento, foram constituídas 1.500 unidades em apenas 20 anos, os fundadores apresentaram uma fragilidade na administração que acabou comprometendo a reputação das cooperativas desse tipo.

Aproximadamente 30 anos após a criação das Caixas Luzzati, em São Paulo, chegou ao Brasil o terceiro modelo de cooperativa de crédito. Também trazida pela Igreja Católica, a organização era inspirada no modelo norte americano, Desjardins.

Maria Thereza Rosália Teixeira de Mendes, fundado conhecida com o Therezita, se notabilizou pela luta para resgatar a credibilidade das cooperativas de crédito e a legalização de seu funcionamento, que na época havia sido proibida pela SUMOC – Superintendência da Moeda, atualmente Banco Central. (CONFEBRAS, 2012)

Nesta época as cooperativas de crédito passaram por um momento conturbado, com várias restrições impostas pelas instituições reguladoras, até o início da década de 1970, quando tiveram seu funcionamento regulamentado. Com a regulamentação, os gestores das cooperativas puderam trabalhar para a melhoria da qualidade de vida da sociedade buscando a democratização das linhas de crédito.

## 2.15 LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA

A criação de novas cooperativas de crédito e até mesmo a permanência de muitas em funcionamento se tornaram difíceis durante os anos com as constantes mudanças nas legislações.

O Quadro 9 demonstra as alterações ocorridas por força de Lei a partir da década de 1960.

Quadro 9 - Alterações ocorridas por força de Lei a partir da década de 1960

| Lei           | Descrição   |
|---------------|---|
| 4.595/64      | Atribui ao Banco Central do Brasil a competência para supervisionar as instituições financeiras, entre elas as cooperativas de crédito  |
| 5.764/71      | Revogou o Decreto-Lei nº 59. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.  |
| Art. 5º CF/88 | As cooperativas de crédito continuam dependentes de prévia aprovação do Banco Central do Brasil para funcionar  |
| 10.406/02     | Os artigos 1.093 a 1.096 da Lei nº 10.406, o novo Código Civil, estabelecem as características básicas da sociedade cooperativa, remetendo a regulamentação do tipo jurídico das cooperativas a lei específica, atualmente a Lei nº 5.764, de 1971. |
| 10.865/04     | Previu o não-pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em relação as sobras decorrentes do ato cooperativo.  |
| 11.051/04     | Reconheceu não incidir Cofins e PIS-Faturamento sobre as receitas decorrentes do ato cooperativo  |
| 11.524/07     | Integrou as cooperativas ao SESCOOP, permitindo acumular recursos para custear programas de formação e capacitação  |
| 130/09        | Passou a regular o funcionamento das cooperativas de crédito à luz do art. 192 da CF/88, conferindo-lhes condições de operacionalidade idênticas às dos bancos em geral.  |
| 12.205/10     | Elegeu Nova Petrópolis-RS, como a Capital Nacional do Cooperativismo  |
| 12.620/12     | Instituiu o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito, elegendo o dia 28/12, data de fundação da Sicredi Pioneira, para as comemorações.  |

Fonte: Adaptado MEINEN e PORT (2012)

Mesmo com muitos anos de tradição o cooperativismo de crédito passou por dificuldades devido as constantes mudanças jurídicas que regulamentavam sua constituição e funcionamento.

Somente em 2009, 106 anos após a primeira regulamentação, que tratava sobre o cooperativismo de crédito, as cooperativas passaram a fazer parte do Sistema Financeiro Nacional, sendo consideradas a partir daí, uma instituição financeira como qualquer outro banco comercial, mas com o caráter cooperativo.

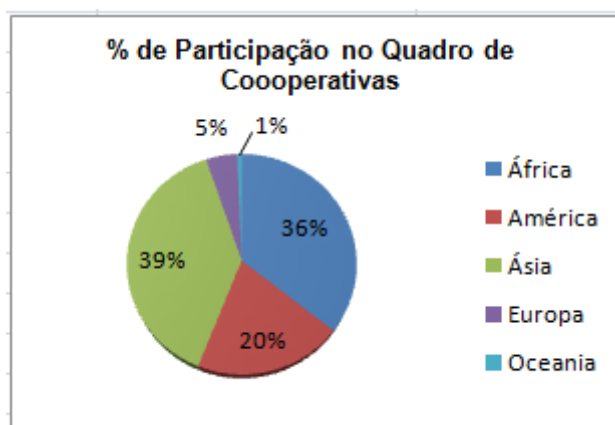
## 2.16 CENÁRIO MUNDIAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Após 168 anos de história o cooperativismo apresenta-se atualmente como uma forte tendência do mercado. Através de seu caráter de instituição solidária, preocupada com o bem da sociedade e não somente com lucros está tomando espaço na sociedade e conquistando novos adeptos diariamente.

O Portal do Cooperativismo (2012) mostram que em dezembro de 2012 estavam em funcionamento 51.013 cooperativas em todo mundo com 196,5 milhões de associados.

O Gráfico 1 representa a quantidade de cooperativas, e seus quadros societários nos sete continentes apresentadas na *World Credit Union Conference* realizada em julho de 2012 na Polônia.

Gráfico 1 - - Números Mundiais Relativos as Cooperativas e Associados



Fonte; Adaptado de Portal do Cooperativismo (2012)

O Gráfico 1 mostra que o cooperativismo concentra-se em três continentes: o Americano, Asiático e Africano com 20%, 39% e 36% respectivamente das cooperativas de crédito em funcionamento no mundo.

Por sua vez, o Quadro 10, apresenta o *ranking* dos países com maior expressão do cooperativismo de crédito a nível mundial em ordem decrescente dos ativos.

Quadro 10 - Ranking de Participação, por País, no Cenário Mundial.

| Ranking      | Países     | Cooperativas de Crédito | % de Participação no Quadro de Coooperativas | Associados (em milhões) | % de Participação no Quadro de Associados | ATIVOS (US\$) em bilhões | Base de Dados |
|--------------|------------|-------------------------|--|-------------------------|---|--------------------------|---------------|
| <b>Total</b> |            | <b>25.733</b>           | <b>2573300,000%</b>                          | <b>0</b>                | <b>0,00%</b>                              | <b>13,2 trilhões</b>     |               |
| 1            | EUA        | 7.440                   | 28,912%                                      | 93                      | 2909,38%                                  | 974 bilhões              | 0             |
| 2            | França     | 4.671                   | 18,152%                                      | 22                      | 684,38%                                   | 4.900.000.000,00         | 2011          |
| 3            | China      | 2.880                   | 11,192%                                      | 200                     | 6250,00%                                  | 1,03 trilhão             | 2009          |
| 4            | Tailândia  | 2.064                   | 8,021%                                       | 4                       | 109,38%                                   | 37 bilhões               | 2009          |
| 5            | Índia      | 1.645                   | 6,393%                                       | 20                      | 625,00%                                   | 52 bilhões               | 2009          |
| 6            | Brasil     | 1.273                   | 4,947%                                       | 6                       | 181,25%                                   | 68 bilhões               | 2009          |
| 7            | Alemanha   | 1.104                   | 4,290%                                       | 17                      | 531,25%                                   | 1.370.000.000,00         | 2009          |
| 8            | Coréia     | 954                     | 3,707%                                       | 6                       | 184,38%                                   | 43 bilhões               | 2009          |
| 9            | Canadá     | 785                     | 3,051%                                       | 11                      | 337,50%                                   | 332 bilhões              | 2009          |
| 10           | Áustria    | 598                     | 2,324%                                       | 2                       | 71,88%                                    | 546 bilhões              | 2009          |
| 7º           | Itália     | 498                     | 1,935%                                       | 2                       | 75,00%                                    | 876 bilhões              | 2009          |
| 19º          | Irlanda    | 494                     | 1,920%                                       | 3                       | 93,75%                                    | 17 bilhões               | 2011          |
| 2º           | Japão      | 470                     | 1,826%                                       | 13                      | 406,25%                                   | 1.430.000.000,00         | 2011          |
| 11º          | Suíça      | 328                     | 1,275%                                       | 2                       | 53,13%                                    | 166 bilhões              | 2011          |
| 12º          | Finlândia  | 209                     | 0,812%                                       | 1                       | 40,63%                                    | 121 bilhões              | 2011          |
| 5º           | Holanda    | 139                     | 0,540%                                       | 2                       | 59,38%                                    | 986 bilhões              | 2011          |
| 13º          | Austrália  | 106                     | 0,412%                                       | 5                       | 140,63%                                   | 84 bilhões               | 2011          |
| 10º          | Espanha    | 74                      | 0,288%                                       | 2                       | 75,00%                                    | 166 bilhões              | 2011          |
| 18º          | Inglaterra | 1                       | 0,004%                                       | 3                       | 100,00%                                   | 24 bilhões               | 2009          |

Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo (2012)

O Quadro 10 apresentado demonstra uma pulverização das principais cooperativas de crédito por todo o planeta e apresenta a Alemanha, berço do cooperativismo, na terceira posição. Já o Brasil, 48º economia mundial, segundo registra a BBC Brasil (2012), está na 14ª posição com 1.273 cooperativas em funcionamento.

## 2.17 CENÁRIO NACIONAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

No cenário nacional, apesar do crescimento apresentado pelas cooperativas, ainda há muito o que se trabalhar para que o cooperativismo de crédito se torne parte fundamental na economia do país.

Segundo Portal do Cooperativismo (2012) “Atualmente a rede de atendimento das cooperativas no Brasil representa 18% das agências bancárias do país, enquanto que os ativos totais administrados representam 2,3% do total”.

A Figura 10 representa a distribuição das cooperativas regionalmente.

Figura 10 -- Participação Regional das Cooperativas no Brasil



Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo (2012)

A região sul, apesar de ser a menor do país, ainda carrega a tradição do cooperativismo pois foi onde surgiu a primeira cooperativa de crédito, com uma participação muito importante no quadro nacional.

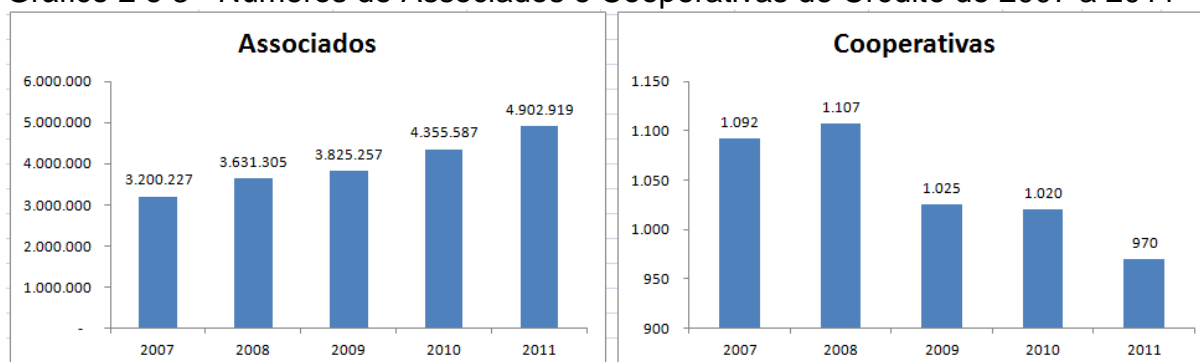
Já a região sudeste, que possui as maiores cidades do país e a maior concentração de população, lidera o *ranking* das cooperativas com mais da metade dessas instituições sediadas.

Os número das regiões Norte, Cetro-Oeste e Nordeste, traduzim o desafio do cooperativismo para os próximos anos, já que existe uma grande oportunidade de crescimento nestes lugares.

Dados do Portal do Cooperativismo (2012) mostram que em dezembro de 2010 existiam 1.273 cooperatvas de crédito em funcionamento ligadas a 38 centrais e 04 confederações e que esses números são representados basicamento por 05 sistemas de crédito: SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED, CONFESOL, representados pelas centrais: CRESOL, ECOSL e CRENHOR.

O Gráficos 2 e 3 representa a evolução dos números referentes ao cooperativismo de crédito no Brasil de 2007 a dezembro de 2011.

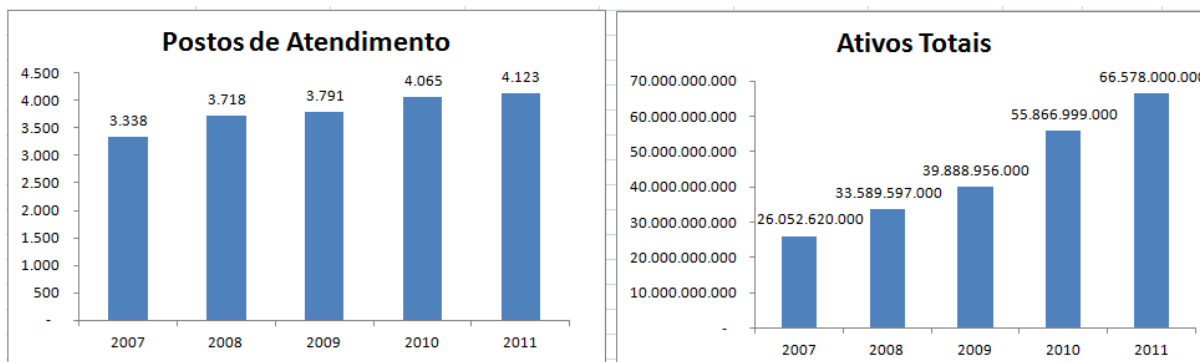
Gráfico 2 e 3 - Números de Associados e Cooperativas de Crédito de 2007 a 2011



Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo (2012)

Os Gráficos 2 e 3 demonstram um grande crescimento no número de associados no período, de 3.200.227 em 2007 para 4.902.919 em 2011. Crescimento de 53%. Em contrapartida o número de cooperativas de crédito abertas caiu de 1.092 para 970 (queda de 11%) no mesmo período.

Gráfico 4 e 5 - Número de Postos de Atendimento e Ativos Totais de 2007 a 2011



Fonte: Adaptado de Portal do Cooperativismo (2012).

Os Gráficos 4 revela que apesar da redução no número de cooperativas os postos de atendimento apresentaram um crescimento de 24% entre 2007 e 2011, passando de 3.338 para 4.123.

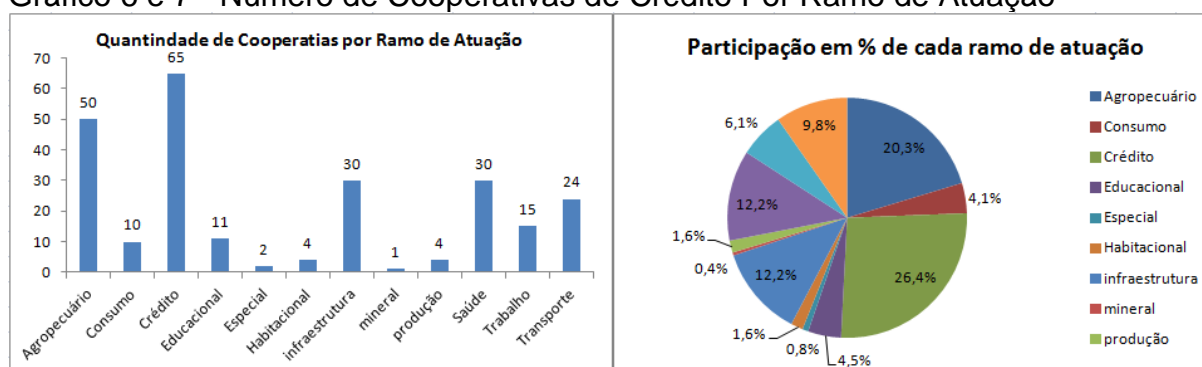
Por sua vez o Gráfico 5 demonstra o crescimento constante dos Ativos Totais geridos por essas instituições, que em 2007 somavam cerca de 26 bilhões de Reais e em 2011 atingiram 66,5 bilhões, crescimento de 156% no período.

## 2.18 CENÁRIO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, conforme descrito no item 2.1.2 do Capítulo 2, o cooperativismo de crédito é representado pela OCESC – Organização das Cooperativas de Santa Catarina.

Segundo dados da Ocesc (2012) em julho de 2012 existiam 256 cooperativas em funcionamento no estado, sendo que dessas 65 atuam no ramo de crédito. Os Gráficos 6 e 7 mostram a quantidade de cooperativas por ramo de atuação e participação em percentual.

Gráfico 6 e 7 - Número de Cooperativas de Crédito Por Ramo de Atuação



Fonte: Ocesc (2012)

Os Gráficos 6 e 7 representam um cenário onde as cooperativas estão concentradas em 04 áreas de atuação: crédito, agropecuário, infraestrutura e saúde (65,50, 30, e 30 cooperativas, respectivamente).

A Ocesc (2012) relata ainda que em 2012 as cooperativas de crédito possuem 4.098 empregados e mais de 720 mil coooperados, que juntos, atribuíram as instituições uma receita de aproximadamente 1,4 bilhão de reais. Quanto ao patrimonio líquido e as sobras, as cooperativas apresentam um resultado sólido, com crescimento anual, atingindo em 2001 1,4 bilhão e 173 milhões respectivamente.

Conhecidos os cenários do cooperativismo de crédito a nível mundial, nacional e estadual passamos para o terceiro capítulo, Descrição e Análise de Dados, deste trabalho onde serão conhecidas as cooperativas sediadas em Criciúma, e descrito o estudo de realizado nessas instituições.

### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Finalizado o referencial teórico descrito no Capítulo 2 o qual dá suporte e embasamento a elaboração deste estudo, dar-se-a continuidade com o Capítulo 3 onde serão ressaltados e analisados os dados da pesquisa.

Neste capítulo, inicialmente busca-se definir quais as cooperativas de crédito sediadas em Criciúma a serem pesquisadas e, posteriormente, caracterizá-las descrevendo suas ações, produtos e serviços oferecidos aos cooperados. Por fim será relatada a entrevista realizada com gestores dessas cooperativas com o objetivo de analisar o atendimento prestado aos cooperados e a comunidade, com base nos moldes propostos pelos pioneiros do cooperativismo e o atual cenário financeiro.

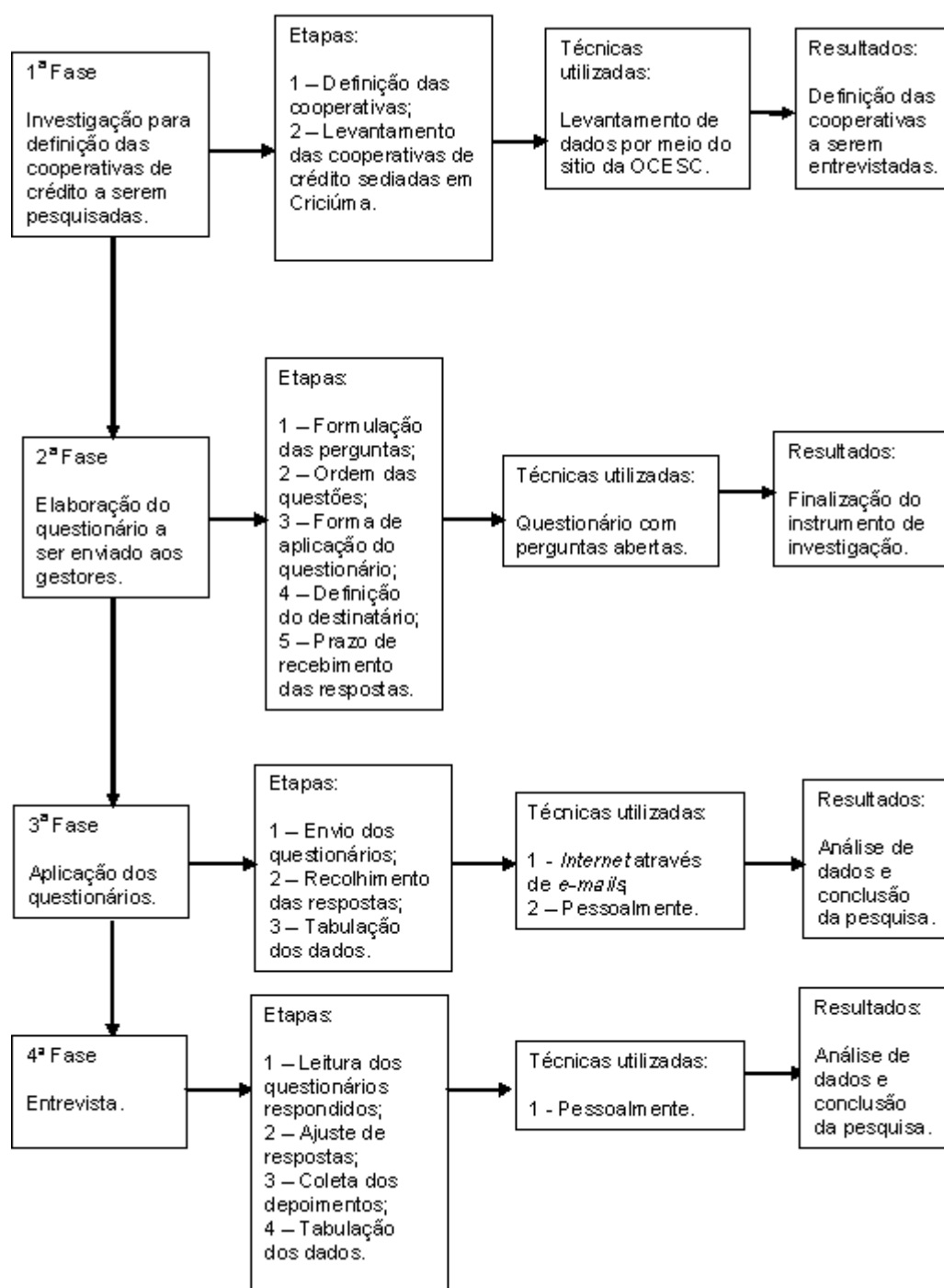
#### 3.1 UNIVERSO E ETAPAS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o atendimento prestado pelas cooperativas de crédito sediadas em Criciúma aos cooperados e a comunidade, com base nos moldes propostos pelos pioneiros do cooperativismo e o atual cenário financeiro.

Para se alcançar o objetivo proposto, inicialmente fez-se necessário localizar as cooperativas de crédito sediadas em Criciúma, para posteriormente contactar os seus gestores para efetivar a pesquisa.

A Figura 11 demonstra esquematicamente as etapas de realização da pesquisa, desde a definição das cooperativas até a entrevista realizada com os seus gestores.

Figura 11 – Etapas de realização da pesquisa



Fonte: Adaptado de Guimarães (2003)

Para conhecer as cooperativas de crédito que possuem sede no município de Criciúma realizou-se uma consulta ao banco de dados da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) por meio de seu site na *internet*.

A busca resultou em duas cooperativas de crédito sediadas em Criciúma:

1) Cooperativa de Crédito Mútuo dos Confeccionistas do Vestuário da

Região Sul Catarinense, que faz parte do sistema SICRED Extremo Sul – SC e;

2) CECRISACRED, Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Indústria e Comércio do Ramo de Materiais de Construção da Região de Criciúma, que faz parte do sistema CECRED.

De posse dessa informação, foi contactado a cooperativa por meio telefônico e foi explicado ao atendente o motivo da ligação. Este por sua vez redirecionou a ligação para os respectivos gestores da cooperativa.

Este pesquisador, após se identificar como formando do curso de Ciências Contábeis da UNESC, expôs o objetivo do trabalho de conclusão de curso e solicitou que o gestor colaborasse com o estudo respondendo um questionário e posteriormente participando de uma entrevista.

Após consentimento do gestor, ficou combinado o envio do questionário por *e-mail* e posterior visita do pesquisador para recolhimento do mesmo e realização da entrevista com o intuito de sanar dúvidas que surgiram no desenvolvimento do trabalho além de recolher material para contribuir na caracterização e descrição das cooperativas.

O período de envio do questionário e a realização da entrevista ocorreu entre os dias 30 de outubro e 09 de novembro de 2012 para ambas cooperativas.

Os *e-mails* de autorização da publicação das informações prestadas, bem como o questionário aplicado aos gestores questionário aplicado aos gestores, constam nos Apêndices A, B e C, respectivamente.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Para a caracterização das cooperativas de crédito pesquisadas, utilizou-se das informações constantes nos sítios eletrônicos bem como do material coletado durante a visita e das informações prestadas pelos gestores de ambas cooperativas no questionário e no decorrer das entrevistas.

A ordem da caracterização das cooperativas pesquisadas se dará levando em consideração o início de suas atividades em Criciúma.

### 3.2.1 CECRISACRED

A CecrisaCred foi fundada em 02 de julho de 1999 com 42 associados, observando o Parágrafo I, do Artigo 6º, Lei 5.764/71 relatado no Capítulo 2, item 2.3.1, que define o número mínimo de 20 associados para a fundação de novas cooperativas. A missão foi definida como a de “promover o desenvolvimento econômico e social de seus cooperados, através da prestação de serviços financeiros com a qualidade e a custos baixos, orientada pelos princípios cooperativistas”.

No final de 2003 filiou-se a rede CECRED (Cooperativa Central de Crédito Urbano). Com a filiação a Cooperativa Central a CecrisaCred reforçou a utilização do 6º Princípio Cooperativo descrito no Capítulo 2, item 2.6.6, que relata sobre a Intercooperação. Sobre esse tema, a gerente da CecrisaCred, em depoimento para a pesquisa, reforçou a importância da intercooperação para fortalecer o movimento cooperativista:

✓ *Na CecrisaCred esse princípio é colocado em prática em plano local, nacional e internacional. Trabalhando em conjunto servem de forma mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo. Por exemplo: por meio de cooperativas centrais*

Em 2004 com o objetivo de alvarcar sua rede de atendimento a todas as empresas do ramo de construção e aumentar sua área de atuação para toda a AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) a cooperativa convocou uma assembleia que definiu a mudança da denominação da instituição que, a partir de 14 de outubro de 2004, passou a ser chamada de Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da Indústria e Comércio do Ramo de Materiais de Construção da Região de Criciúma.

O Quadro 11 demonstra, de forma resumida, os fatos históricos ocorridos desde a fundação da cooperativa:

Quadro 11 - Fatos Históricos CECRISACRED

| Ano  | Fato Histórico  |
|------|---|
| 1999 | A CecrisaCred foi fundada em 2 de julho por 42 pessoas    |
| 2003 | Filiação à CECRED – Cooperativa Central de Crédito Urbano |
| 2004 | Alteração da razão social para ampliar atendimento        |

Fonte: CecrisaCred (2012)

Observa-se que a cooperativa adota na íntegra o 1º Princípio Cooperativista da Adesão Voluntária e Livre, relatado no item 2.6.1 do Capítulo 2, uma vez que o ingresso como associado da Cooperativa é livre para todos que desejarem utilizar os seus produtos e serviços, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições previstas na legislação e no Estatuto Social. De acordo com o depoimento da gestora:

- ✓ *Como a cooperativa é fechada se torna necessário também que o cooperado pessoa física ou jurídica tenha qualquer vínculo com as indústrias e comércio do ramo de materiais de construção com matriz nos municípios contidos na região da AMREC: Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga e Cocal do Sul.*

A gestora complementa que ao ingressar na cooperativa o novo associado é orientado a acessar o estatuto social da cooperativa por meio do site “[www.cecrisacred.coop.br](http://www.cecrisacred.coop.br)”. Além do estatuto social, no site podem ser encontrados também as demonstrações contábeis e os relatórios gerenciais com linguagem de fácil acesso para que todos tenham compreensão das informações disponibilizadas.

### **a) Produtos e Serviços**

De acordo com o Capítulo 2, item 2.2, o cooperativismo de crédito atua com o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado financeiro.

Para tanto faz-se necessário que a cooperativa coloque a disposição de seus cooperados uma gama de serviços e produtos que visam o atendimento de pessoas físicas ou jurídicas.

A CecrisaCred possui todas as opções oferecidas pelos bancos comerciais como conta corrente, poupança, cartões de crédito e aplicações financeiras. Porém alguns serviços são diferenciados como o “Cotas de Capital”, que se trata de uma poupança com débitos mensais onde os recursos são aplicados na conta capital do associado cujo montante forma o capital social da instituição. Este produto mantém a solidez e a estabilidade da cooperativa.

Esta ação fortalece a participação efetiva do associado no capital da cooperativa e atende ao 3º Princípio Cooperativista que reza a Participação Econômica dos Membros, conforme visto no Capítulo 2, item 2.6.3.

## **b) Programa PROGRID**

O Programa de Interação e Desenvolvimento de Cooperados foi criado em 2002 pela Cooperativa Central (CECRED) e direcionado a todas as instituições associadas e seus cooperados. Os objetivos do Programa estão disponibilizados a todos os cooperados no *site* da cooperativa, quais sejam:

- ✓ Difundir os valores e princípios cooperativistas junto aos cooperados e à comunidade onde a Cooperativa atua;
- ✓ Promover a integração entre os cooperados e aproximá-los das Cooperativas, visando a uma melhor organização do quadro social;
- ✓ Identificar e preparar novas lideranças junto ao quadro social;
- ✓ Fornecer informações e conhecimentos para que os associados busquem uma melhor qualidade de vida;
- ✓ Proporcionar aos cooperados desenvolvimento pessoal e profissional;
- ✓ Orientar os cooperados sobre como administrar a vida financeira.

Os Princípios da Educação, Formação e Informação e do Interesse pela Comunidade, respectivamente, apontados no Capítulo 2, itens 2.6.5 e 2.6.6, que embasaram a criação do PROGRID, visa informar, conscientizar e capacitar os associados à cooperativa. Sobre esse tópico, a gerente da CecrisaCred afirmou que:

- ✓ *O programa atende ao 5º Princípio Cooperativista, pois aborda áreas como educação cooperativista, educação financeira, desenvolvimento de competências profissionais, qualidade de vida e responsabilidade social e ambiental. Os eventos são oferecidos para cooperados, familiares, colaboradores, dirigentes e comunidade através de cursos, palestras, teatros e encontros. Em relação ao 7º Princípio, Interesse pela Comunidade, além de possibilitar a participação da comunidade onde atua nos eventos do PROGRID, a cooperativa gera emprego e renda nas comunidades onde esta inserida.*

Para atender a Lei 5.764/71 esse programa é desenvolvido com recursos FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, que é formado por 10% das sobras líquidas de cada período.

Os eventos realizados pela cooperativa e colocados a disposição de seus associados por meio do PROGRID para o ano de 2012 estão descritos no Quadro 12.

Quadro 12 - Eventos disponibilizados pela CecrisaCred a seus associados

| Evento                                    | Objetivo  |
|---|---|
| BOM DIA, HOJE ACORDEI PARA VENCER         | MOTIVAR OS COOPERADOS.  |
| FINANÇAS PESSOAIS                         | ORIENTAR O PARTICIPANTE PARA UMA ADMINISTRAÇÃO MAIS EFICAZ DE SEUS RECURSOS FINANCEIROS, ATRAVÉS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO SEU ORÇAMENTO.                         |
| POP TV - UM SHOW DE SEGURANÇA             | REAFIRMAR, DE FORMA DINÂMICA E DIVERTIDA, A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO.   |
| POUPE, INVISTA E MULTIPLIQUE SEU DINHEIRO | EDUCAÇÃO FINANCEIRA   |
| SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA                 | OFERTAR A MUDANÇA DO PERFIL DE MORBIMORTALIDADE, COM TENDÊNCIA UNIVERSAL NA SAÚDE E LONGEVIDADE ASSIM COMO NAS BUSCAS CONTINUAS SOBRE OS MEIOS DE PREVENÇÃO NATURAIS. |
| VOCÊ DO TAMANHO DO SEU SONHO              | POSSIBILITA OS OUVINTES A FIXAÇÃO DA MENSAGEM E A REFLEXÃO PESSOAL LEVANDO-OS AO PRIMEIRO PASSO PARA MUDANÇA COMPORTAMENTAL   |

Fonte: Adaptado de Cecrisacred (2012)

Conforme demonstrado no Quadro 12, a cooperativa procura atender o 5º Princípio Cooperativista, na medida em que oferece constantemente eventos com enfoque no desenvolvimento pessoal e profissional. Para a gestora esse aspecto, de incentivo a participação nos eventos e assembleias, é essencial para a compreensão por parte do cooperado de sua função na CecrisaCred:

- ✓ *A primeira medida é estimular o sentimento de pertencimento, buscando fazer o cooperado entender, desde o momento da associação, que ele é o dono do negócio e como tal deve exercer seus direitos e deveres, e um deles é o de participar das Assembleias. Outra forma é destacando a importância da sua participação neste evento, pois lá é o momento do cooperado participar, dar sua contribuição nos debates, deliberações e tomada de decisões, reforçando assim a prática do 2º princípio cooperativista: Gestão Democrática pelos Membros. E por último a cooperativa promove eventos do PROGRID reforçando tudo isso.*

Com eventos realizados por meio do PROGRID e iniciativas da própria instituição a CecrisaCred busca atender as necessidades dos cooperados, auxiliando-os pessoalmente nos cursos de educação financeira e planejamento familiar e socialmente com os programas voltadas a motivação, saúde e qualidade

de vida. Fortalecendo e disseminando a doutrina cooperativista pela sociedade em que atua.

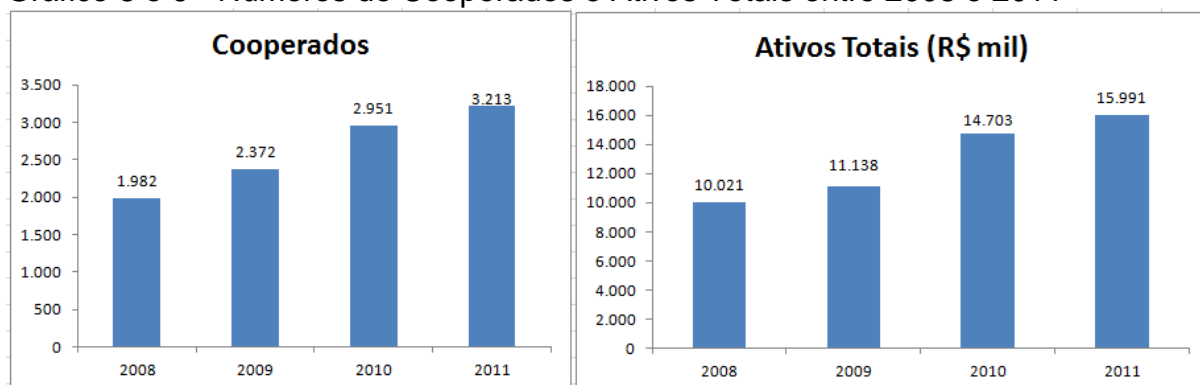
Em depoimento a gerente da cooperativa chamou a atenção para outros canais de comunicação com o cooperado que a cooperativa possui para prover o acesso as informações, conforme determina o 5º Princípio Cooperativista.

- ✓ Além dos cursos e palestras ofertados por meio do Progrid, a CecrisaCred conta com um site [www.cecrisacred.coop.br](http://www.cecrisacred.coop.br), e-mail para correspondências, postos de atendimento ao cooperado, murais, e mala direta.

### c) Números da CECRISACRED

Atuando no mercado financeiro desde 1999, a CecrisaCred atualmente possui aproximadamente 3.200 associados distribuídos por toda AMREC, apresentando um crescimento de aproximadamente 60% conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8 e 9 - Números de Cooperados e Ativos Totais entre 2008 e 2011

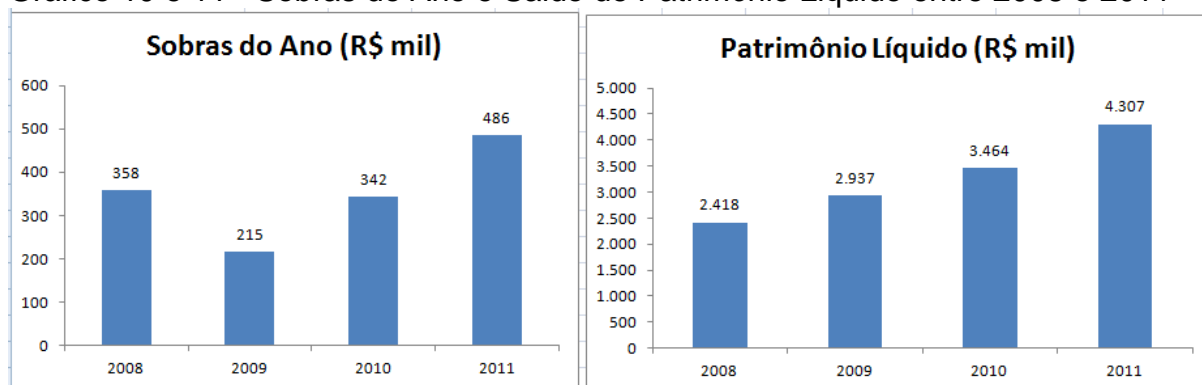


Fonte: Adaptado de CecrisaCred (2012)

Por sua vez, o Gráfico 9 apresenta que no período compreendido entre 2008 a 2011 a cooperativa conseguiu elevar o saldo de Ativos geridos pela instituição em 50%, atingindo 15.991 milhões de reais em dezembro de 2012.

Quanto às sobras anuais, apesar da redução em 2009, a cooperativa conseguiu recuperar a evolução apresentando um crescimento nos próximos dois anos de mais de aproximadamente 50 % ao ano, conforme apresenta o Gráfico 10.

Gráfico 10 e 11 - Sobras do Ano e Saldo de Patrimônio Líquido entre 2008 e 2011



Fonte: Adaptado de CecrisaCred (2012)

O Gráfico 11 demonstra que no período entre 2008 e 2011 a CecrisaCred apresentou um crescimento constante no saldo de Patrimônio Líquido representado pelo aumento no quadro de associados e pelo aumento da movimentação financeira. Observa-se que a cooperativa atende ao 3º Princípio Cooperativista que dispõe da “Participação econômica dos membros” conforme exposto no Capítulo 2, item 2.6.3.

A gestora menciona que o PROGRID e a participação efetiva dos cooperados nas Assembléias contribuem para esse crescimento.

- ✓ *Por meio dos eventos do Progrid a cooperativa visa sempre estimular o sentimento de pertencimento reforçando a importância de o cooperado participar das deliberações e tomada de decisões principalmente com relação ao capital e distribuição das sobras. Os associados podem acompanhar a situação financeira da cooperativa, mensalmente por meio dos balancetes publicados nos postos de atendimento e também nas AGOs onde além de acompanhar a situação financeira, recebem todas as informações sobre as sobras e decidem sua destinação.*

A Assembléia Geral é o órgão máximo da cooperativa, conforme estudado no Capítulo 2, item 2.11. É por meio da assembleia que o cooperado participa efetivamente no controle e na gestão dos recursos oriundos das atividades cooperativistas e, o PROGRID auxilia para essa conscientização.

O 2º Princípio Cooperativista aborda a Gestão Democrática dos membros onde reza também que todos os cooperados tem o direito de votar e ser votado. Sobre este aspecto, foi questionado a gestora, como a CecrisaCred oportuniza essa ação. Eis seu depoimento:

- ✓ *A cooperativa estimula continuamente a participação dos associados no processo de votação das Assembléias seja como eleitor e/conselheiro. Este*

*estímulo ocorre por meio dos eventos do Progrid (Programa de Integração e Desenvolvimento dos Cooperados). Um dos objetivos destes eventos é informar, conscientizar e capacitar os sócios para este processo.*

#### **d) Rede CECRED**

Conforme descrito no Capítulo 2, item 2.6.2, as cooperativas singulares são associadas às Centrais ou Federações que são fundadas por, no mínimo, 03 cooperativas singulares.

Criado em 2002, Cooperativa Central de Crédito Urbano (CECRED) iniciou com 03 cooperativas singulares: Viacredi, Creditêxtil e Concredi com o objetivo de “oferecer soluções financeiras por meio de um sistema de cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atua” e visando “ser reconhecido pelas cooperativas e sociedade onde atua, como o Sistema Cooperativo de Crédito que oferece as melhores condições financeiras, com segurança e credibilidade”.

Atualmente o Sistema CECRED atua nos estados de Santa Catarina e Paraná por meio de 15 cooperativas singulares associadas conforme demonstra a Figura 12.

Figura 12 - Cooperativas Associadas ao Sistema CECRED



Fonte: CecrisaCred (2012)

Dados do Sistema CECRED (2012) relatam que atualmente a Cooperativa Central, através das cooperativas singulares associadas, atua em um universo de

265 mil associados, com um patrimônio líquido de aproximadamente 390 milhões de reais.

### **3.2.2 SICREDI Extremo Sul – SC**

O início histórico das atividades da SICREDI deu-se em 28 de dezembro de 1902 com a criação da primeira cooperativa de crédito brasileira em Nova Petrópolis – RS cujo nome na época era Caixa de Economia e Empréstimos Amstad. Conforme pesquisado no Capítulo 2, item 2.8, está foi a primeira cooperativa de crédito rural brasileira fundada pelo padre Theodor Amestad.

Em 1925 foi criada a primeira Cooperativa Central, denominada de União Popular do Rio Grande do Sul que permaneceu em funcionamento até 1964 tendo 66 cooperativas associadas. Desde então, Até 1980, com a aprovação da Lei 4.595/64, as cooperativas de crédito passaram por problemas jurídicos e financeiros que ocasionaram o fechamento de mais de 50 unidades em todo Rio Grande do Sul.

A Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul (Concecrer/RS) foi constituída com a união de nove cooperativas de crédito que suportaram o momento de crise e uniram-se para o fortalecimento do movimento cooperativista no estado. Cem anos após a fundação da cooperativa Pioneira, a Concecrer juntamente com as cooperativas associadas decidiram utilizar a SICREDI, como a marca de todo o sistema. Três anos mais tarde, com a autorização do Conselho Monetário Nacional, as cooperativas de crédito associadas ao sistema Sicredi-RS fundaram o Banco Cooperativo Sicredi. Em 13 de dezembro de 1996, com a união das cooperativas do Paraná e o Rio Grande do Sul, o Sicredi passou a atuar interestadualmente.

Em 2003 a aprovação da livre admissão de associados às cooperativas e a chegada ao estado de Santa Catarina fortaleceram o movimento na região sul do Brasil. Em 2008, Foi constituída a Sicredi Participações S.A com o objetivo de propiciar as cooperativas de crédito associadas ao sistema a participação na gestão e uma maior transparência nas transações realizadas.

Em 2010, com a parceria com o *Rabobank (Rabo Financial Institutions Development – RD)*, banco Holandês, o Sicredi abriu suas fronteiras para o mundo

trazendo a experiência de mais de 160 anos história da instituição europeia investindo nas atividades financeiras de todas as cooperativas de crédito que integram o sistema.

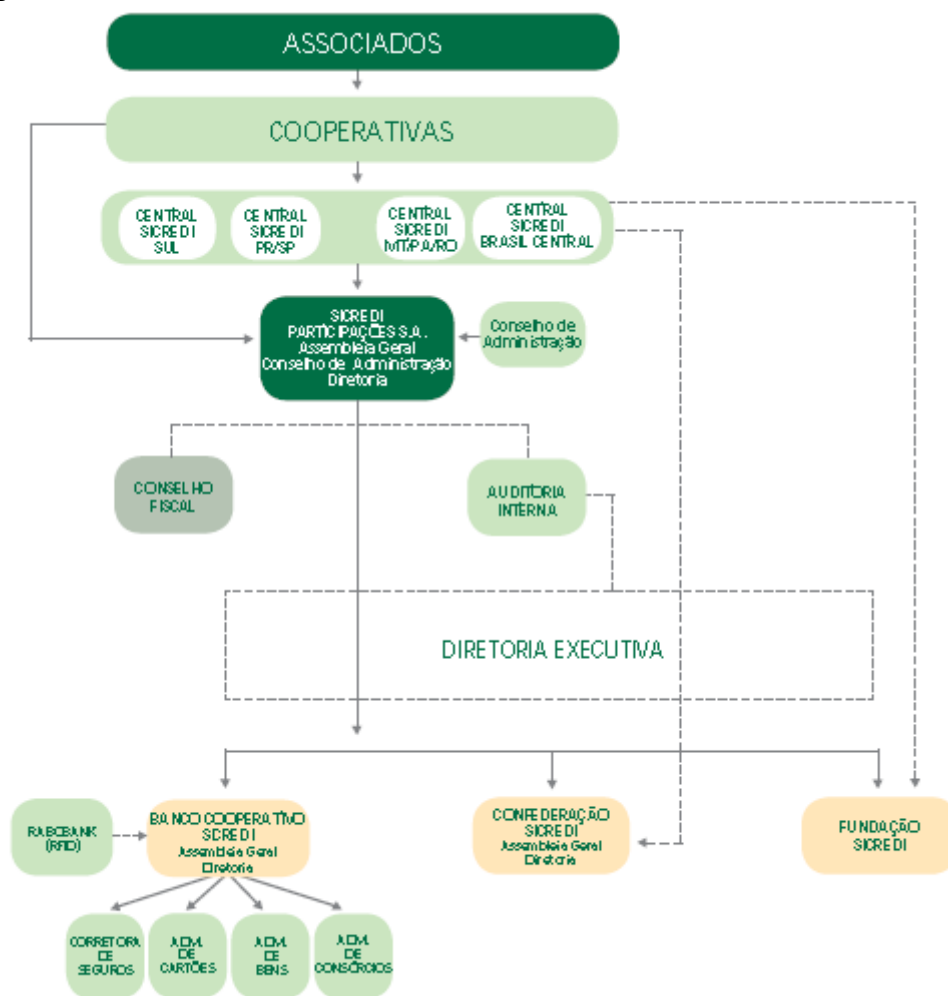
O Sicredi adota como missão “como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade”.

Além disso, define como valores essenciais a preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio, o respeito à individualidade do associado, a valorização e desenvolvimento das pessoas, a preservação da instituição como sistema, o respeito às normas oficiais e internas, a eficácia e transparência na gestão.

#### **a)Estrutura do Sistema Sicredi**

O Sistema Sicredi, até dezembro de 2011, era formado por 115 cooperativas singulares e quatro centrais acionistas da Sicredi Participações S.A. Além dessas, compõe o sistema a Confederação Sicredi, o Banco Cooperativo Sicredi S.A, a Administradora de Cartões, a Administradora de Consórcios, a Corretora de Seguros e uma Fundação. A Figura 13 apresenta de forma organizada a estrutura operacional de todo o Sistema Sicredi:

Figura 13 - Estrutura do Sistema Sicredi



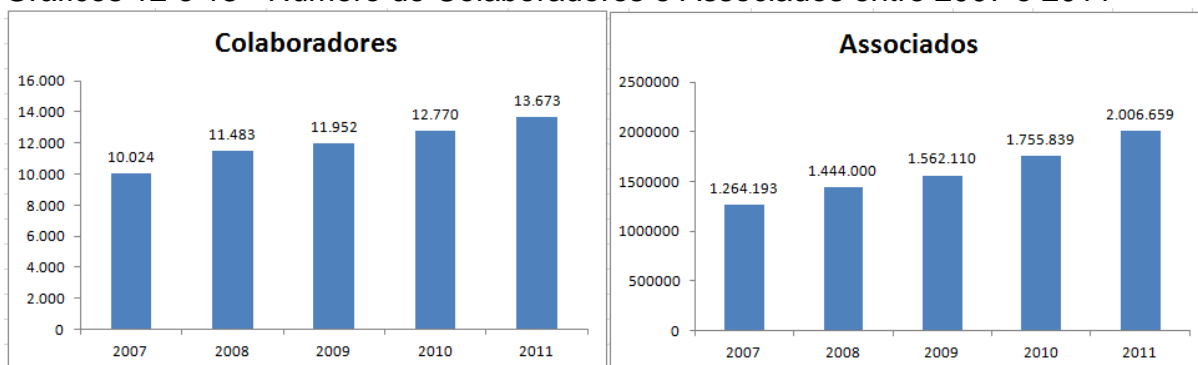
Fonte: Relatório Anual Sicredi (2011)

## b) Números do Sistema Sicredi

O relatório anual de 2011, apresentado pelo Sicredi mostra uma evolução nos números do Sistema e demonstram uma tendência de crescimento para os próximos anos.

O Gráfico 12 e 13 apresentam os números de colaboradores e associados no período compreendido entre 2007 e 2011.

Gráficos 12 e 13 - Número de Colaboradores e Associados entre 2007 e 2011



Fonte: Adaptado de Relatório Anual Sicredi (2011)

Os Gráficos demonstram que no período analisado o Sistema Sicredi apresentou um incremento de 36% passando de 10.024 colaboradores em 2007 para 13.673 em 2011. Da mesma forma o número de associados se apresenta em constante aumento, já que em 2007 tinha-se 1.264.193 associados e quatro anos mais tarde, em 2011, esse número é de 2.006.659, aumento de 59% no período.

A cooperativa de crédito sempre busca por novos associados a fim de alavancar seus negócios e melhorar seus resultados, mas isso não significa abrir mão dos princípios da Adesão Voluntária e Livre, abordado no Capítulo 2, item 2.6.1, que rege a entrada e saída de associados. Sobre esta questão o Gerente Regional de Desenvolvimento, afirma que o ingresso ou retirada do associado da cooperativa dar-se-á por sua vontade, desde que respeitado o Estatuto Social da entidade:

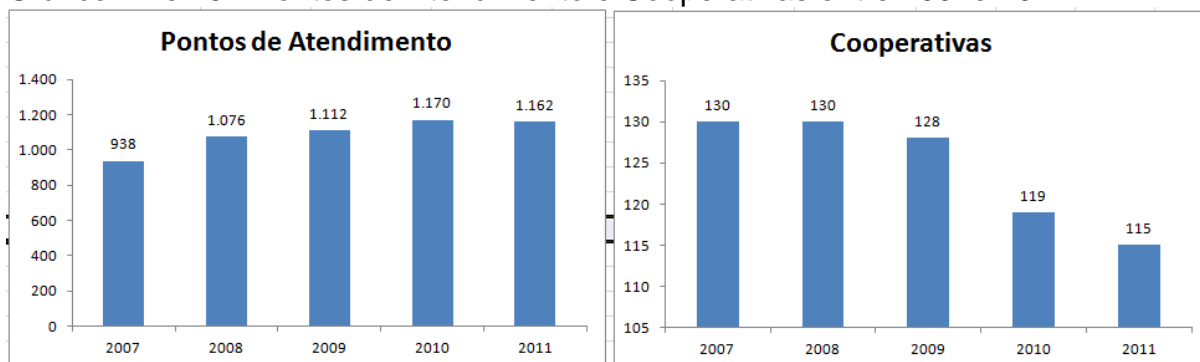
- ✓ *o ingresso de novos associados devem atender a requisitos do estatuto social e deve estar de acordo com a legislação vigente. Quanto a saída também deve atender o previsto no estatuto, sendo esta uma decisão do associado. Se possível, sempre vamos buscar reverter esta situação.*

No momento de seu ingresso ao quadro associativo da cooperativa o associado deve ser conscientizado de seus direitos e deveres relativos ao cooperativismo. O documento que elucida essas obrigações é o Estatuto Social e este, segundo o entrevistado, é disponibilizado ao novo cooperado nas unidades de atendimento.

- ✓ *o estatuto social esta disponível nas unidades de atendimento da Cooperativa. Temos projeto para transformar este num pequeno livreto, entregando a cada novo associado. Também, quando da reforma do estatuto social, em assembléia geral extraordinária, este é detalhado aos associados presentes.*

Quanto a rede de atendimento Sicredi, os Gráficos 14 e 15 apresentam os números de postos de atendimentos e cooperativas durando os últimos 5 anos.

Gráfico 14 e 15 - Pontos de Atendimento e Cooperativas entre 2007e 2011

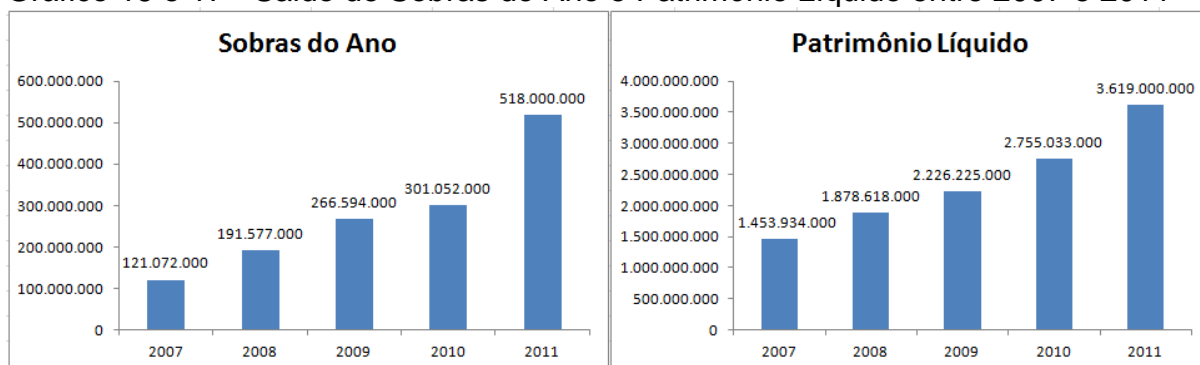


Fonte: Relatório Anual Sicredi (2011)

Mesmo com a redução de 12% nos números de cooperativas, representado pelo Gráfico 14, verifica-se que o aumento de 34% dos pontos de atendimento, Gráfico 15, demonstra o investimento do Sistema para que a rede de atendimento ao associado seja cada vez mais eficiente e próxima ao cooperado.

Os dados apresentados pelos Gráficos 16 e 17, por sua vez, demonstram uma situação sólida do Sicredi.

Gráfico 16 e 17 - Saldo de Sobras do Ano e Patrimônio Líquido entre 2007 e 2011



Fonte: Relatório Anual Sicredi (2011)

Quanto as sobras do ano a instituição apresentou um crescimento de 328% no período, passando de 121 milhões de reais em 2007 para mais de 500 milhões em 2011. Da mesma forma o saldo de Patrimônio Líquido passou de 1,4 bilhão em 2007 para 3,6 bilhões, atingindo 149% de crescimento no período analisado.

De acordo com gerente regional cada associado pode acompanhar a evolução dos números da cooperativa através das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais disponibilizados por meio de publicações em jornais, informativos e ainda repassados diretamente aos associados por intermédio dos colaboradores. O entrevistado ainda afirma que:

- ✓ *os relatórios são de linguagem simples e acessível para que todos tenham entendimento..*

A fim de atender ao 3º Princípio Cooperativista, descrito no item 2.6.3 do Capítulo 2, que regulamenta a participação econômica dos membros, segundo o gestor, a cooperativa realiza assembleia para prestação de contas e publicações de suas demonstrações de resultados periodicamente.

- ✓ *a prestação de contas é feita através das assembleias gerais, nos quais são efetuadas também a aprovação das contas e a destinação das sobras. Estes procedimentos obedecem o edital de convocação e a legislação vigente. Também são divulgados os balanços em jornais e informativos internos procurando levar ao maior número de pessoas possíveis o detalhamento da situação patrimonial da cooperativa. Esta informação também é repassada a todos os colaboradores para que estes, dentro do possível, informem aos associados.*

Apesar da participação em assembleias ser de grande importância a cooperativa ainda tem dificuldades de estimular seus cooperados a participarem desses eventos. Segundo o gerente a entidade busca, de várias formas, informar e incentivar que cada sócio faça seu papel e compareça nas assembleias, pois é neste momento em que decisões como aprovação das contas e destinação das sobras são deliberadas.

- ✓ *convocação se dá via edital, convite nas unidades de atendimento e convite pessoal formulado pelos colaboradores da Cooperativa principalmente da área comercial. Esta é uma das grandes dificuldades enfrentada por nós enquanto cooperativa de fazer nossos associados efetivamente participarem do empreendimento cooperativo.*

Durante as assembleias o Sicredi busca o atendimento ao 2º Princípio Cooperativista descrito no Capítulo 2, item 2.6.2: Gestão Democrática dos Membros. Neste Princípio cada cooperado tem direito a voto e de ser votado. Relata o entrevistado que o direito a voto e/ou de se candidatar a cargos eletivos do sócio é mantido desde que esse atenda aos requisitos legais.

- ✓ *para exercer o direito a voto é necessário a participação nas assembléias. Quanto aos cargos eletivos, por meio de edital é aberto a todos os associados que atendam os requisitos legais. Está descrito no estatuto da Cooperativa quais são as prerrogativas que os candidatos a dirigentes devem obedecer. Estes são reforçados pelos regulamentos do Sistema Sicredi, inclusive código de conduta. Dentre estas prerrogativas estão que para se candidatar a cargos eletivos, o associado deve ter no mínimo 2 anos de associação a cooperativa, não exercer cargos eletivos, cargos públicos, não pertencer a partidos políticos (participar do diretório), entre outros. No caso de influencias econômicas, o princípio de 1 associado, 1 voto evita concentração de poder econômico.*

Os requisitos impostos no Estatuto Social e do código de conduta da entidade para que o sócio se candidate a cargos eletivos buscam reforçar a ideia de uma sociedade livre e autônoma de qualquer força econômica ou política, como discorre o 4º Princípio Cooperativista da Autonomia e Independência, transcrito no item 2.6.4 do Capítulo 2 deste trabalho.

### **c) Produtos e Serviços**

Contemplando o descrito no Capítulo 2 (item 2.2) o Sistema Sicredi disponibiliza aos seus cooperados a maioria dos produtos e serviços oferecidos por bancos comerciais.

Além de contas correntes e poupanças destinadas a pessoas físicas e jurídicas as cooperativas ainda oferecem aos associados opções para investimentos através de Fundos de Investimentos, Depósitos a Prazo, CBD/RDB e Previdência.

O Sistema disponibiliza um serviço que controla de forma ágil e segura o processo de cobrança das empresas associadas, bem como os pagamentos realizados a fornecedor. As pessoas jurídicas ainda possuem a possibilidade de efetuar o pagamento de salários através do “Folha de Pagamento Sicredi” que visa facilitar as transações dessa natureza.

O Sicredi ainda possui uma gama de opções de crédito rurais, pessoais ou para empresas, além de oferecer Seguros e Consórcios a todos os que integram o sistema.

#### **d)O Processo Assemblear**

Com o objetivo de estimular a participação dos associados nas assembleias e, por consequência na, gestão das cooperativas o Sicredi criou um novo modelo de Processo Assemblear. Neste processo os associados são divididos por núcleos, geralmente por proximidade de endereço, e estes deliberam sobre os assuntos pertinentes. Depois disso, suas decisões são levadas a Assembleia Geral Ordinária de Delegados pelos representantes eleitos em cada núcleo.

O gestor do Sicredi Criciúma, em entrevista relata que além das decisões os associados e coordenadores recebem treinamentos de diversos temas que vão desde os princípios básicos até a gestão cooperativa.

- ✓ *dentro destes núcleos são eleitos coordenadores. Os coordenadores e os associados dos núcleos recebem então treinamentos diversos, desde os princípios básicos do cooperativismo até a gestão do próprio empreendimento cooperativo.*

Atendendo dessa forma ao 5º Princípio Cooperativista da Educação, Formação e Informação, relatado no Capítulo 2, item 2.6.5 deste trabalho.

Este processo ainda visa o atendimento dos princípios da Gestão Democrática dos Membros e Participação Econômica dos Membros, citados no capítulo 2, itens 2.6.2 e 2.6.3, respectivamente. Em entrevista o gerente regional afirma que:

- ✓ *este programa visa aumentar a participação dos associados na cooperativa, com entendimento e conhecimento, podemos assim contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do empreendimento cooperativo.*

Tal processo de nucleação ainda está em expansão e por esse motivo ainda não foi colocado em prática em todas as cooperativas que integram o Sistema Sicredi. Em Criciúma, a expectativa, segundo o entrevistado é que o processo inovador deva ser implementado a partir de 2013.

Por ser um modelo mais democrático e transparente, as experiências trazidas de outras cooperativas que já o utilizam, demonstram um avanço na participação dos associados e resultados satisfatório quanto as decisões tomadas, relata o gestor regional do Sicredi:

- ✓ *este programa já vem sendo praticado por diversas cooperativas do sistema Sicredi e a partir de 2013 estará em implantação em nossa cooperativa. E os exemplos que temos deste programa, por depoimentos de outras cooperativas, são todos positivos e que estes agregam em muito para a cooperativa e para seus associados.*

Com a implementação do Processo Assemblear de nucleação o contato do associado com a cooperativa se torna mais direto e a compreensão e atendimento dos anseios da comunidade mais fácil. Tal fato demonstra que o 7º Princípio Cooperativista do Interesse pela Comunidade está sendo respeitado de acordo com a teoria abordada no Capítulo 2, item 2.6.7.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Constituído em 1844, o cooperativismo tem se mostrado um modelo baseado na valorização da pessoa e na busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade em que atua. Fundamentados pelos Princípios Cooperativistas: Adesão Voluntária e livre, Gestão Democrática pela Gestão dos Membros, Participação Econômica dos Membros, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação e Interesse pela Comunidade, os pioneiros de Rochdale formularam uma doutrina que não considera o individualismo, valorizando, acima de tudo, o trabalho em conjunto por um objetivo comum a todos.

Um braço essencial para a disseminação do cooperativismo no mundo foi o ramo de crédito, criado para atender as necessidades financeiras da população, passou por diversas mudanças jurídicas durante a história, mas nunca perdeu sua essência.

A partir da década de 1980, com o fortalecimento do capitalismo, os bancos comerciais ganharam ainda mais força e se tornaram uma das instituições mais poderosas do mundo. Coube ao cooperativismo de crédito, através de seus representantes, lutar contra esse poder oferecendo a população os mesmo produtos e serviços, porém com taxas e tarifas diferenciadas.

Regulado pela Lei 5.764/71, denominada Lei Cooperativista, o cooperativismo de crédito trouxe grandes avanço a população, uma vez que além de operar no mercado financeiro, essas instituições assumiram o compromisso de trabalhar pela melhoria social da comunidade em que está inserida.

Ferramenta essencial, os Princípios Cooperativistas, definidos pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional, são as linhas que norteiam os caminhos que as cooperativas devem seguir, disseminando o sentimento cooperativo por toda a sociedade. Desta forma, não se pode cogitar a hipótese de uma cooperativa que não trabalhe esses fundamentos ou, tampouco, busque a disseminação por toda a sociedade em que está inserida.

A Organização das Nações Unidas ao declarar o ano de 2012 como o “Ano do Cooperativismo” reconhece a força desse movimento e os benefícios que trouxe à população mundial durante os anos. No Brasil, o reconhecimento veio

através da instituição do Dia Nacional do Cooperativismo, a ser comemorado no dia 28 de dezembro, data da fundação da primeira cooperativa de crédito no país.

As cooperativas de crédito de Criciúma, associadas à OCESC, CecrisaCred e Sicredi, representadas por seus gestores, demonstraram a grande preocupação que se tem em atender a esses princípios e, principalmente, explicitar a toda a sociedade que as cooperativas possuem um grande diferencial, quando comparado com outros agentes financeiros.

Por parte da CecrisaCred pode-se perceber que o atendimento aos associados são fundamentados nos Princípios Cooperativos. Através do PROGRID (Programa de Interação e Desenvolvimento de Cooperados) a entidade busca orientar, aperfeiçoar e incentivar seus cooperados a participarem da gestão da cooperativa, em igualdade econômica e social, não havendo diferenciação de atendimento entre os associados.

Quanto a gestão do Sicredi, notou-se também a preocupação em atender os Princípios Cooperativistas e transmiti-los a todos os associados. Ainda que existam alguns Princípios, principalmente os relativos a educação e formação dos cooperados, restritos aos colaboradores, a cooperativa trabalha para a implantação, a partir de 2013, de um novo Processo Assemblear. Chamado pelo gestor de Nucleação, este processo visa o fortalecimento dos Princípios Cooperativistas, criando nos associados a ideia de que são os “donos do negócio”, e por consequência, capacitando-os e estimulando-os a participarem ativamente da gestão da cooperativa.

Cabe ressaltar ainda que, quando da aplicação do questionário, notou-se o espírito cooperativista presente nos atos dos colaboradores de ambas as cooperativas, Seja por telefone, *email* ou telefone, verificou-se um pleno interesse em atender o entrevistador e explicitar as ações que as cooperativas promovem, ou planejam promover, a fim de disseminar os Princípios Cooperativistas na sociedade em que está inserida.

Finalmente, concluiu-se que, com o conteúdo abordado no Referencial Teórico, e a aplicação do questionário atendeu-se aos objetivos propostos a esse Trabalho de Conclusão de Curso.

## REFERÊNCIAS

2011, Relatório Anual Sicredi. Sicredi. [S.l.], p. 76. 2011.

BACEN. **A história do Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Brasília: BACEN, 2003. 40 p.

BACEN. **LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 17 DE ABRIL DE 2009**, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp130.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm)>. Acesso em: 07 novembro 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **CIRCULAR Nº 1.561**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1989/pdf/circ\\_1561.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1989/pdf/circ_1561.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2012.

BANCO Central do Brasil. **Governança Cooperativa: Diretrizes para boas práticas de governança em Cooperativas de Crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/diretrizesVersaoSint%E9tica.pdf>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

BANCO Central do Brasil. **RESOLUCAO N. 003106, de 25 de Junho de 2003**, 2003. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=103087623&method=detalharNormativo>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

BANRICOOP. **História das Cooperativas de Crédito**. Disponível em: <[http://www.banricoop.coop.br/cooperativismo\\_historia\\_das\\_cooperativas\\_de\\_credito\\_o](http://www.banricoop.coop.br/cooperativismo_historia_das_cooperativas_de_credito_o)>. Acesso em: 05 Outubro 2012.

BBC Brasil, 2012. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120905\\_brasil\\_economias\\_bg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120905_brasil_economias_bg.shtml)>. Acesso em: 19 outubro 2012.

BENATO, J. V. A. Contabilidade para as Cooperativas. Campinas: Outubro, 2002.

BRASIL. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.**, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 01 Maio 2012.

BRASIL. **Lei 5.764/71**, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm)>. Acesso em: 24 Setembro 2012.

BULGARELLI, W. **As Sociedades Cooperativas e a Sua Disciplina Jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. 398 p.

C.R.E.S Ile de France. **Hermann Schulze-Delitzsch**. Disponível em: <<http://www.economie-sociale.coop/index-economie-sociale/hermann-schulze-delitzsch-1808-1883.htm>>. Acesso em: 2012 Outubro 2012.

CECRISACRED. **Histórico**, 2012. Disponível em: <<http://www.cecrisacred.coop.br/sua-cooperativa/a-cooperativa/historico--30>>. Acesso em: 29 outubro 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. ISSN s/d (a) 7-18. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=14>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

CONFEBRAS. **História do Cooperativismo de Crédito no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <[http://www.confabras.com.br/educacao\\_historia.htm](http://www.confabras.com.br/educacao_historia.htm)>. Acesso em: 05 outubro 2012.

CRUZ, P. S. A. D. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro.: Suma Econômica, 2000. 112 p.

DE OLIVEIRA, Aalessandro Aristide. DA SILVA, Regina Andréia, ZUCCARI, Solange Maria de P. RIOS, Ricardo Pereira. A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**, v. 1, n. 1, p. 13, 2010.

DMITRUK, H. B. **Cadernos Metodológicos 1: diretrizes do trabalho científico**. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 121 p.

DZ Bankin. **Retrato de Wilhelm Hass**. Acesso em: 05 Outubro 2012.

EYNG, V. **BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO NA COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA**. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, p. 115. 2011.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação** : com explicitação das normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: Brasul, 2007. 307 p.

GUIDARINI, N. C. **Estudo das Necessidades da População em Relação aos Serviços Prestados por uma Cooperativa de Crédito no Distrito de Rio Maina, Situado no Município de Criciúma - SC**. Criciúma: [s.n.], 2010.

GUIMARÃES FILHO, Leopoldo Pedro. **Programação de Atividades para Sub Empreiteiros de Pequenos Serviços**: proposta baseada em estudo de caso. Dissertação (Mestre em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2003

JUVENCIO, F. D. C.; ANDRADE, G. V. D. In: \_\_\_\_\_ **COOPERATIVISMO AO ALCANCE DE TODOS**. OCESP/SEESCOOP. ed. São Paulo: [s.n.], v. 1, 2000.

LUZZATTI. **Retrato de LUIGI LUZZATTI**. Disponível em: <<http://www.luzzatti.it/>>. Acesso em: 05 Outubro 2012.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **O Cooperativismo de Crédito Ontem, Hoje e Amanhã**. Brasília: Confedbras, 2012. 429 p.

MELO SOBRINHO, A. D. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 256 p.

OCB. **A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

OCB - GO. **Os Ramos do Cooperativismo**, 2009. Disponível em: <<http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/o-que-e-o-cooperativismo/os-ramos-do-cooperativismo/>>. Acesso em: 24 Setembro 2012.

OCB/RJ. **Símbolos Cooperativistas**. Disponível em: <[http://www.ocbrj.coop.br/cooperativismo/simbolos\\_cooperativistas/](http://www.ocbrj.coop.br/cooperativismo/simbolos_cooperativistas/)>. Acesso em: 01 Maio 2012.

OCERGS. **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul**, 2012. Disponível em: <<http://www.ocergs.coop.br/>>. Acesso em: 01 maio 2012.

OCESC. **Sindicato de Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**, 2012. Disponível em: <[http://www.ocesc.org.br/institucional/a\\_ocesc.php](http://www.ocesc.org.br/institucional/a_ocesc.php)>. Acesso em: 2012 Outubro 17.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito. História da Evolução Normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008. 92 p.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p. ISBN 8502045156.

PORTAL do Cooperativismo. **O que é cooperativa de Crédito**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativadeCredito.html>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

PORTAL do Cooperativismo. **Dados Consolidados dos Principais Sistemas Cooperativistas de Crédito**, 2012. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/DadosConsolidados.html>>. Acesso em: 15 Setembro 2012.

PORTAL o Cooperativismos. **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**, 2012. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/Lei5764-71.html>>. Acesso em: 2012 novembro 2012.

RAIFFEISEN Bank. **Friedrich Wilhelm Raiffeisen, breve biografia**. Disponível em: <<http://www.raiffeisen.ru/en/about/bankgroup/wraiffeisen/>>. Acesso em: 05 outubro 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito – Instrumento de Organização Econômica da Sociedade**. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito**: instrumento de organização econômica. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHNEIDER, J. O. O Cooperativismo de Crédito como Instrumento do Desenvolvimento Econômico da Comunidade. **Jornal Cooperativista**, Belém, Setembro e Outubro 2010. 20.

SEBRAE. **Análise Financeira**. Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/gestao-financeira/analise-financeira>>. Acesso em: 01 Maio 2012.

SEBRAE. **Cooperativa de Crédito. Série Empreendimentos Coletivos**. Brasília: Sebrae, v. 48, 2009.

SISTEMA OCB. **Cooperativismo no Mundo**, 2012. Disponível em:  
<[http://www.ano2012.coop.br/default.php?p=texto.php&c=cooperativismo\\_no\\_mundo](http://www.ano2012.coop.br/default.php?p=texto.php&c=cooperativismo_no_mundo)>. Acesso em: 2012 Setembro 212.

SISTEMA CECRED. **Números do Sistema**, 2012. Disponível em:  
<<http://www.cecred.coop.br/sistema-cecred/o-sistema/numeros-do-sistema>>. Acesso em: 02 novembro 2012.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. **Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e Gestão da Informação. Desig: Relatório de Agregados Setoriais - Cooperativas de Crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.

VERAS NETO, F. Q. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba, PR : Juruá, 2002. 384 p. p. ISBN 8573949090.

VERMEULEN, I. C. M. **Cooperativa de crédito - o que é e quais seus benefícios para o empresário**. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel) em Ciências Contábeis. Faculdade de Jaguariúma. São Paulo. 2008.

YOUNG, L. H. B. **Sociedades Cooperativas - Resumo Prático**. 8ª. ed. Curitiba: Juriá, 2008. 236 p.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Autorização CecrisaCred

### AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o acadêmico Rafael Caetano Gomes a valer-se dos documentos e dados repassados por meio do questionário realizado com os gestores, como fonte de pesquisa para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, na graduação em Ciências Contábeis na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, bem como a divulgar e publicar o nome da CecrisaCred no referido trabalho de conclusão de curso.

E, por ser autorizado, firmamos a presente.

Criciúma/SC, 07 de novembro de 2012.



---

Tatiana Cardoso Duzzioni Viana  
Gerente

## APÊNDICE B – Autorização Sicredi

### AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o acadêmico Rafael Caetano Gomes a valer-se dos documentos e dados repassados por meio do questionário realizado com os gestores, como fonte de pesquisa para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, na graduação em Ciências Contábeis na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, bem como a divulgar e publicar o nome da Sicredi no referido trabalho de conclusão de curso.

E, por ser autorizado, firmamos a presente.

Criciúma/SC, 07 de novembro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Jair Rosso  
Gerente Regional de Desenvolvimento

## APÊNDICE C – Carta de Apresentação e Questionário



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**

**Departamento de Ciências Contábeis**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Orientadora: Milla Lúcia Ferreira Guimarães**

**Acadêmico: Rafael Caetano Gomes**



Olá,

Sou acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Estou desenvolvendo o Trabalho de Conclusão de Curso que possui como objetivo analisar o atendimento prestado pelas cooperativas de crédito sediadas em Criciúma aos cooperados e a comunidade, com base nos moldes propostos pelos pioneiros do cooperativismo e o atual cenário financeiro.

Enquanto pesquisador assumo toda a responsabilidade da coleta e apresentação dos dados, representando exatamente as informações que a mim forem passadas. Assegurando ainda que os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a elaboração deste estudo.

Gostaria ainda de aproveitar o contato e verificar a disponibilidade para que seja feita uma entrevista com o objetivo de alinhar a resposta e esclarecer possíveis dúvidas.

Gentileza responder até o dia 01 de novembro de 2012.

Agradeço desde já sua colaboração,

Atenciosamente,

Rafael Caetano Gomes

Fone:(048) 9921-9556

Email: rafael\_cg@hotmail.com

## QUESTIONÁRIO

Cooperativa: \_\_\_\_\_

Entrevistado; \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

1. Que medidas são adotadas pela cooperativa com o objetivo de estimular a participação dos cooperados nas assembleias?

*Resposta:*

2. Que canais são utilizados pela cooperativa para prover aos cooperados acesso às informações?

*Resposta:*

3. De acordo com o princípio da Adesão Voluntária e Livre não pode ser vedado o ingresso ou retirada daqueles que preenchem os requisitos estatutários. De que forma a cooperativa trabalha esse princípio? Existe alguma condição especial para que ingresso de novos associados ou saída do cooperado?

*Resposta:*

4. No segundo princípio do cooperativismo cada sócio tem o direito a votar e ser votado. De que forma a cooperativa atua para que esse princípio seja colocado em prática? Os associados são estimulados a participar das votações seja como eleitores ou candidatos a conselheiros? De que forma?

*Resposta:*

5. Por sua vez, o terceiro princípio determina que os associados controlem democraticamente o capital de suas cooperativas. Quais são as ações que a cooperativa promove para estimular a participação dos associados em reuniões sobre o capital da instituição? De que forma os associados podem acompanhar a situação financeira da cooperativa e como é repassada a informação aos mesmos das sobras e suas destinações?

*Resposta:*

6.O princípio da Autonomia e Independência descreve que a cooperativa deve ser uma instituição controlada exclusivamente por associados. Desta forma, quais os mecanismos utilizados pela cooperativa para que influências econômica e políticas não interfiram nas tomadas de decisões?

*Resposta:*

7. De que forma cooperativa atende ao princípio da Educação, Formação e Informação aos associados e gestores?

*Resposta:*

8.A cooperativa promove programas de educação cooperativista?

*Resposta:*

9. Existem programas de educação cooperativista específicos para os novos cooperados?

*Resposta:*

10.A cooperativa possui programas de responsabilidade social e/ou responsabilidade ambiental? Quais?

*Resposta:*

11.A cooperativa promove programas de educação financeira? Quais?

*Resposta:*

12. Existem programas de educação financeira específicos para os novos cooperados? Quais?

*Resposta:*

13. A Intercooperação (6º princípio) é estabelecida com outras cooperativas? De que forma?

*Resposta:*

14. De que forma a cooperativa trabalha para o desenvolvimento social da sociedade que está inserida, atendendo por consequência o 7º princípio do Interesse pela Comunidade?

*Resposta:*

15. A cooperativa tem projeto específico para a formação de novas lideranças entre os cooperados? Quais?

*Resposta:*

16. O cooperado, quando de sua admissão na cooperativa, recebe ou tem acesso ao estatuto social? De que forma?

*Resposta:*

17. As demonstrações contábeis e os relatórios gerenciais estão disponíveis para os cooperados?

*Resposta:*

18. A linguagem desses relatórios é acessível para os cooperados?

*Resposta:*

